

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(FN) HENRIQUE DE CASTRO PINTO HOMEM

COMANDOS CONJUNTOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

validade e viabilidade do estabelecimento permanente nas Forças Armadas Brasileiras.

Rio de Janeiro

2013

CC(FN) HENRIQUE DE CASTRO PINTO HOMEM

COMANDOS CONJUNTOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

validade e viabilidade do estabelecimento permanente nas Forças Armadas Brasileiras.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Fernando Roberto dos Santos

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2013

**Dedico este trabalho**

À minha mãe, Carmem,  
pelo exemplo, na luta, que me dá a cada minuto: força sempre!

À Carina,  
pelo prazer que é te ter ao meu lado.

Aos Comandos Anfíbios,  
junto dos quais, não desistirei nunca!

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, por me conduzir até aqui;

Aos meus familiares e amigos que, com paciência, aceitaram e sustentaram às muitas ausências;

Ao General de Brigada Alvaro de Souza Pinheiro, pelo seu conhecimento, dedicação e entusiasmo em ajudar;

Ao CMG Newton Calvoso Pinto Homem, pela atenção que sempre me dispensou, materializada, inclusive, em informações valiosas contidas neste trabalho;

Ao CC Fernando Roberto dos Santos, por ter sido um colaborador incansável e dedicado;

Ao CC (FN) Adilson Cappucci Junior, grande 02, e aos demais companheiros do COMANF 99/1, que representam o real sentido da expressão “irmãos de armas”;

A todos mais que me ajudaram, com críticas, sugestões e opiniões sobre as páginas a seguir;

À Carina, por estar comigo na embarcação, nos meandros do rio da vida.

*“Viver é lutar.  
Se o duro combate,  
os fracos abate,  
aos fortes, aos bravos,  
só pode exaltar.”*

*(Gonçalves Dias, 1823-1864)*

## RESUMO

As Operações Especiais são uma ferramenta valorosa à disposição do Poder Militar do Estado, podendo, no âmbito de uma campanha, contribuir na consecução de objetivos estratégicos, operacionais e táticos. Forças de Operações Especiais estão, por isso, orientadas sob princípios políticos e administrativos modernos, pois são capazes de prover, quando necessário, uma resposta de baixa intensidade, com dano colateral reduzido, e que não envolve custos excessivos intrínsecos da utilização dos efetivos convencionais. Nas crises e conflitos atuais, em consequência do aumento da influência de agentes não estatais e das ameaças transnacionais, as Forças de Operações Especiais assumem ainda maior relevância, uma vez que são, por natureza, o instrumento militar adequado à oposição a tais adversidades. Nesse sentido, devido ao momento atual, no qual Operações Especiais são proeminentes, a busca pelo alcance dos máximos efeitos desejados oriundos de sua aplicação militar passa pela compreensão das peculiaridades que envolvem seu preparo e pelo provimento oportuno dos recursos envolvidos em seu emprego. Tal situação determinou, em diversos Estados, a implementação de estruturas organizacionais permanentes para sua condução integrada. Assumindo, em geral, o nome de Comando de Operações Especiais, esses órgãos possuem uma estruturação variada de Estado para Estado, decorrente da cultura militar vigente e das necessidades próprias de cada um desses. Destarte, é importante o estudo de modelos adotados na integração para, posteriormente, avaliar-se a validade e viabilidade de implementação nas Forças Armadas brasileiras. Tendo assumido destaque no cenário internacional, o Brasil não está livre de antagonismos de toda a ordem e, sendo assim, sua Defesa necessita estar apta ao enfrentamento dos perigos oriundos dessa situação. Contudo, uma vez que o Brasil, contemporaneamente, emprega apenas estruturas integradoras temporárias de Forças de Operações Especiais, subordinadas aos Comandos Conjuntos de nível operacional, surge a validade da existência de uma instância que permita, permanentemente, desde tempos de paz, reunir as diferentes capacidades dos elementos especiais existentes nas três Forças Armadas, de modo a obter o máximo de sinergia nas operações. A viabilidade da criação desse tipo de órgão reside no estado atual do emprego das Forças de Operações Especiais brasileiras, cujas vastas capacidades provém resposta a um amplo espectro de ameaças e deriva também da experiência conjunta adquirida nas diversas atividades, reais e de exercícios, nos quais participaram estando conjuntamente organizadas. Dessa conjuntura, avalia-se que a criação de um Comando Conjunto integrador de Operações Especiais, ou qualquer organização similar, nas Forças Armadas brasileiras, é, simultaneamente, válida e viável, porém, antes mesmo de seu estabelecimento, deve ocorrer a integração singular sob subordinação efetiva do Comando Operacional dentro de cada Força Armada. No que tange a Marinha do Brasil, cujas Forças de Operações Especiais destacam-se significativamente na aplicação de métodos diretos, conclui-se pelo importante benefício que seria gerado a partir da instituição de um Comando integrador hierarquicamente posicionado abaixo do Comando de Operações Navais e que, na Marinha do Brasil, além de suas funções, manteria e preservaria a identidade dos Elementos de Operações Especiais.

**Palavras-chave:** Operações Especiais, Forças de Operações Especiais, Brasil, Forças Armadas, Comandos Conjuntos, integração permanente, efeito estratégico.

## **ABSTRACT**

*Special Operations are a valuable asset at the service of the State's Military Power. Within a campaign, they may participate in achievement of strategic, operational or tactical objectives. Beyond that, Special Operations Forces are capable of providing low intensity response, with reduced collateral damage and not involving excessive costs that are inherent of regular forces employment. The increased influence of non-state actors and transnational threats on crisis or conflicts of the present make Special Operations Forces even more important, since they are, by nature, the proper military instrument against such adversities. On this way, due to the current situation when Special Operations are prominent, the pursuit of the maximum desired effects from their military application involves to understand the peculiarities surrounding its preparation and the timely provision of necessary resources to their employment. That situation made various States establish permanent organizational structures in order to provide integrated guidance. Those established organizations, named, in general, Special Operations Commands, have their structures diverging from one State to another, in order to attend actual military culture and proper existing requirements within each State. Thus, it is important to study adopted integration models and then, subsequently, to evaluate the validity and viability of the implementation in the Brazilian Armed Forces. Assuming prominence in the international sceneries, Brazil is not free of an ample spectrum of antagonisms and, therefore, their defense needs to be able to face dangers arising from that fact. Meanwhile, nowadays Brazil employs only temporary structures for the integration of Special Operations Forces. Those organizations are subordinated to the Operational Joint Command and from their existence come the validity of an agency that permits, permanently, since peace time, gathering together the different capacities of the three Brazilian Armed Forces' Special Operations Elements, in order to obtain the synergic effect of their joint employment. The viability of creating this kind of organization is due to the actual employment of Brazilian Special Operations Forces, whose wide capabilities provide proper answers to an extensive list of threats and also comes from the experiences gained with the joint employment in exercises or real activations. With this perspective, one can evaluate that a Special Operations Command within Brazilian Armed Forces is, simultaneously, valid and viable. However, before its creation, Special Operations Forces might be integrated within each singular Armed Force and also must be subordinated to its highest Operational Command. In regards to the Brazilian Navy, whose Special Operations Forces have notability related to the application of direct methods, one can conclude that the institution of a Command that integrates Navy Special Operations Forces and which is subordinated to the Naval Operations Command would bring remarkable benefits to this Armed Force.*

**Key Words:** *Special Operations, Special Operations Forces, Brazil, Armed Forces, Services, Joint Command, permanent integration, strategic effect.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM –	Armas de Destruição em Massa
BtlOpEspFuzNav –	Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais
CEMCFA –	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CFN –	Corpo de Fuzileiros Navais
CmdoCteOpEsp –	Comando(s) Componente(s) de Operações Especiais
CmdoOpEspEB –	Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro
ComTO –	Comando(s) do(s) Teatro(s) de Operações
COS -	<i>Commandement des Opérations Spéciales</i>
C-SAR –	<i>Combat – Safe And Rescue</i>
EAS –	Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento – Para-SAR
EB –	Exército Brasileiro
ElmOpEsp –	Elemento(s) de Operações Especiais
EMCFA –	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EUA –	Estados Unidos da América
FA –	Força(s) Armada(s)
FAB –	Força Aérea Brasileira
FCbnOpEsp –	Força(s) Combinada(s) de Operações Especiais
FCjOpEsp –	Força(s) Conjunta(s) de Operações Especiais
FE –	Forças Especiais
FFE –	Força de Fuzileiros da Esquadra
FOpEsp –	Força(s) de Operações Especiais
GruMeC –	Grupamento de Mergulhadores de Combate
JSOU –	<i>Joint Special Operations University</i>
JP –	<i>Joint Publication</i>
MB –	Marinha do Brasil
OM –	Organização(ões) Militar(es)
OpEsp –	Operação(ões) Especial(is)
OpEspAe –	Operação(ões) Especial(is) Aérea(s)
RU –	Reino Unido
TO –	Teatro(s) de Operações
USSOCOM –	<i>United States Special Operations Command</i>
VA –	Vice-Almirante



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>AS OPERAÇÕES ESPECIAIS</b> .....	<b>11</b>
2.1	Definições.....	12
2.2	A conjuntura atual e a relevância das Operações Especiais.....	14
2.3	Emprego de Forças de Operações Especiais.....	16
2.4	Limitações e tarefas típicas de Operações Especiais.....	19
2.5	Métodos de aplicação e proveito das Operações Especiais.....	20
2.6	Relacionamento com as forças convencionais.....	22
<b>3</b>	<b>COMANDOS CONJUNTOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS</b> .....	<b>23</b>
3.1	Comandos Conjuntos de Operações Especiais permanentes.....	24
3.2	Modelos de organizações integradoras Forças de Operações Especiais.....	25
3.2.1	Comandos Conjuntos de Operações Especiais permanentes com forças adjudicadas.....	26
3.2.2	Comandos Conjuntos de Operações Especiais permanentes sem forças adjudicadas.....	27
3.2.3	Comandos de Operações Especiais singulares.....	29
3.3	Ilações sobre os modelos de Comandos Conjuntos de Operações Especiais.....	30
<b>4</b>	<b>A VALIDADE DE UMA ESTRUTURA DE COMANDO PERMANENTE PARA AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS BRASILEIRAS</b> .....	<b>32</b>
4.1	Forças de Operações Especiais brasileiras.....	32
4.1.1	As Operações Especiais na Marinha do Brasil.....	33
4.1.2	As Operações Especiais no Exército Brasileiro.....	34
4.1.3	As Operações Especiais na Força Aérea Brasileira.....	36
4.2	Comandos Conjuntos de Operações Especiais no Brasil.....	37
4.3	Ilações sobre organizações permanentes para integração de Operações Especiais nas Forças Armadas brasileiras.....	39
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>44</b>
	<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>47</b>
	<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No campo militar, a atualidade apresenta cenários estratégicos de conformação complexa e ameaças indefinidas, nos quais a incerteza e a imprevisibilidade exigem forças preparadas a desempenhar tipos variados de missões e que sejam, além disso, adaptáveis à célere evolução em suas formas de emprego. À medida que novas tecnologias se incorporam ao repertório de conhecimento humano, incorre, na mesma intensidade, a demanda de que sejam rapidamente assimiladas pelos contingentes militares.

No contexto contemporâneo, onde os indivíduos se conectam por redes virtuais, o espraiamento imediato de informações impõe aos Estados uma maior necessidade política de manter a opinião pública favorável, tornando indesejável o dispêndio de largas somas de recursos em conflitos e improvável a aplicação de efetivos militares poderosos.

Nesse sentido, pela possibilidade de se adaptar à conjuntura acima exposta, mantendo sua efetividade operacional, observa-se uma tendência, em muitos dos Estados Nacionais, de valorização de suas Forças de Operações Especiais (FOpEsp).

Por um outro prisma, o Brasil, como uma potência emergente no cenário internacional, não pode deixar de se manter atualizado nos assuntos de Defesa. Em sua aula magna dirigida aos alunos da Escola Superior de Guerra, o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim (2013), ratificou tal asserção e alertou a audiência para o fato de que o modelo de crescimento nacional contribui para a elevação do perfil brasileiro no cenário internacional e é, portanto, sujeito a pressões e antagonismos de ordem variada.

Buscando pois, a atualização citada pelo Ministro Amorim (2013), no que concerne às FOpEsp, em um momento no qual estão valorizadas, é primordial distingui-las das forças convencionais<sup>1</sup>, compreendendo-as tecnicamente, de forma a entender as suas peculiaridades de organização, preparo e emprego, a fim de que se obtenha, quando de sua

---

<sup>1</sup> Forças convencionais são aquelas criadas com o propósito de aplicação nas guerras convencionais. Essas, por sua vez, conforme o MD-35-G-01 - Glossário das Forças Armadas, são “conflitos armados realizados dentro dos padrões clássicos [...], consistindo-se no principal propósito da preparação e do adestramento [...]”. (BRASIL, 2007, p. 123).

aplicação, o máximo de efeitos positivos.

Para alcançar esse intento, é, primeiramente, pertinente conhecer as características, peculiaridades de organização e o valor que a identidade e as competências próprias têm para as FOpEsp, de forma a distingui-las das forças convencionais. Nessa linha, será possível entender sua importância e, ainda, o potencial das OpEsp para contribuir no alcance dos efeitos desejados de mais alto escalão nas campanhas, conforme foi desenvolvido no Capítulo 2, em resultado de uma pesquisa qualitativa.

Compreendidas as razões pelas quais tais forças são importantes, diferentes das convencionais e, portanto, demandantes de organizações próprias que realizem a integração de seu comando e controle, no Capítulo 3, se avaliará de que maneira essas organizações integradoras são formadas e quais benefícios geram às OpEsp, o que foi fruto, também, de uma pesquisa qualitativa.

No Capítulo 4, serão reunidos os conhecimentos, até então expostos, às considerações sobre as FOpEsp brasileiras da atualidade, tecendo-se ilações sobre as estruturas integradoras que, porventura, trariam benefícios e aprimoramento à capacidade de emprego operacional conjunto de FOpEsp pelas FA do Brasil.

Por fim, no Capítulo 5, serão apresentadas as conclusões e considerações finais resultantes do estudo da viabilidade e validade de se criar, nos dias atuais, estruturas integradoras permanentes de doutrina, preparo e emprego para as FOpEsp brasileiras.

Destarte, esse estudo tem o propósito de aprimorar o emprego das FOpEsp no Brasil e, conseqüentemente, contribuir para a evolução de suas FA, verificando se a criação de uma estrutura integradora permanente para as FOpEsp brasileiras, a exemplo das existentes em outros Estados, pode ser profícua.

## 2 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

A Doutrina de Operações Conjuntas expressa no manual MD-30-M-01 (BRASIL, 2011) afirma que os conflitos atuais tendem a ser limitados e não declarados, podendo ser convencionais ou não, e de duração imprevisível. As ameaças, no presente, são fluidas, difusas e inesperadas, exigindo que as FA estejam aptas a atuar conjuntamente, sobretudo com flexibilidade, versatilidade e mobilidade. A resposta militar à evolução de uma crise deve ser, ainda, segundo o MD-30-M-01, proporcional a sua causa.

Em uma abordagem econômica e social para os conflitos, Linda Robinson<sup>2</sup> (2013), ressalta que, atualmente, pressões para diminuir despesas militares e a intolerância às guerras de larga escala fazem com que operações de menor vulto, com melhor relação entre custos e benefícios, tendam a ser priorizadas em relação àquelas maiores e mais dispendiosas.

Em um outro enfoque, a avaliação estratégica proposta pelo General Alvaro Pinheiro<sup>3</sup> (2008) afirma que, nos dias atuais, a complexa conformação dos cenários de emprego militar, com ameaças indefinidas, demanda forças preparadas para os mais diversos tipos de missões, adaptáveis a uma rápida e contínua evolução da sua doutrina de emprego.

Aptas a desempenhar missões sem abdicar, nem da proporcionalidade enfatizada no MD-30-M-01 (BRASIL, 2011), nem da menor envergadura destacada por Robinson (2013), as FOpEsp possuem, ainda, flexibilidade e versatilidade para atuar em diferentes tipos de missões e ambientes, como demandam os cenários estabelecidos por Pinheiro. Dessa conjunção de fatores, resulta seu destaque atual dentre as FA dos Estados.

As FOpEsp estão também orientadas por princípios contemporâneos de condução dos conflitos, pois alcançam objetivos em situações onde outras forças, se empregadas, dispenderiam vultuoso esforço. Quebram, dessa forma, a relação direta intrínseca entre

---

2 LINDA ROBINSON é colaboradora do *EUA News & World Report* e do *Council on Foreign Relations*, uma organização independente, não-partidária, *think tank*, e dedicada à política externa dos EUA. Ela cobriu numerosas guerras, conflitos de guerrilha e operações de FOpEsp.

3 O General de Brigada ALVARO DE SOUZA PINHEIRO é analista militar especialista em OpEsp e Guerra Irregular. É analista associado para assuntos de América Latina da *Joint Special Operations University* (JSOU) no *United States Special Operations Command* (USSOCOM).

grandes efeitos esperados e elevados custos necessários, quando aplica-se meios convencionais. As OpEsp são, portanto, uma das formas militares clássicas de se buscar o princípio doutrinário da economia de meios e, simultaneamente, comportam uma relação financeira adequada entre custos de aplicação e efeitos causados (GRAY, 1996).

Para Jim Dorschner<sup>4</sup> (2013, p.26), a atualidade constitui “a Era das Operações Especiais”<sup>5</sup>, já que essas seriam o principal instrumento militar contra as ameaças vigentes. Dorschner (2013) vai além e visualiza a improbabilidade de retorno aos cenários recorrentes do passado, onde eram empregadas complexas e maciças operações militares convencionais.

Contudo, James Kiras (2006) observa que, mesmo nesse contexto de evidência, haveria dificuldades para que as tropas e os comandantes das forças convencionais compreendessem as FOpEsp técnica, operacional e estrategicamente. Ainda segundo Kiras (2006), são essas dificuldades de compreensão que subsistem como a razão fundamental para que as OpEsp sejam erroneamente desenvolvidas nas campanhas.

Apreciadas em conjunto, as afirmações de Dorschner (2013) e Kiras (2006) impõem a necessidade de estudo minucioso das OpEsp e FOpEsp. Conhecer e saber empregá-las são condicionantes decisivas para que cumpram as missões que lhes forem designadas. Dessa forma, é relevante esclarecer o que verdadeiramente são OpEsp, quais as tarefas que delas são decorrentes e, ainda, os requisitos e limitações ao emprego das FOpEsp.

## 2.1 Definições

James Dunningnan (2008) afirma que, no imaginário popular, fruto de imagens “hollywoodianas” e literatura romanceada, há uma visão passional de que as OpEsp seriam ações conduzidas por super militares, irrompendo sós, contra todo um aparato militar adverso. Para ele, tais cenas distorcem a realidade e as dissociam de qualquer visão estratégica.

---

4 JIM DORSCHNER é jornalista associado à *Information Handling Services* (IHS) e colaborador da Revista *Janes Defence Weekly*.

5 Termo original em Inglês cunhado por Dorschner: “*The Era of the Operator*” (tradução nossa).

As FOpEsp, em verdade, abrangem uma larga variedade de organizações únicas em capacitação. Cada uma tem história e conceito de emprego próprios, recursos humanos minuciosamente selecionados, intensamente treinados e possuidores de diferentes habilidades, o que daria a cada Elemento de Operações Especiais<sup>6</sup> (ElmOpEsp), uma identidade única, ainda que pertençam a uma mesma FA.

A esclarecer esse conceito, especialistas, publicações e manuais institucionais, cada qual a sua forma, estabelecem definições de OpEsp que lhes são úteis no aspecto distinto que desejam enfatizar. Por outro lado, a própria natureza especial e, portanto, não padronizada desse ramo das atividades militares, sentencia uma definição qualquer a ser limitada, quando comparada ao verdadeiro espírito das OpEsp, representado por sua pouca ou nenhuma ortodoxia, assim demonstrando a dificuldade de encontrar, para elas, um significado.

Robinson (2013) traz outras razões para haver dificuldade na definição de OpEsp:

FOpEsp possuem uma organização complexa, uma variada lista de capacidades e um largo repertório de missões a elas oficialmente designadas. Todas essas considerações podem tornar difícil o exato entendimento do significado militar das FOpEsp e como essas deveriam ser empregadas. Em muitos aspectos, formam uma comunidade nova, que está ainda em processo de formular respostas profundas aos questionamentos de “quem eles são” e “o que eles fazem” (ROBINSON, 2013, Ed. Kindle, pos.170)<sup>7</sup>.

Para embasar este estudo, no entanto, a definição empregada para as OpEsp será a prevista no MD-35-G-01 Glossário das FA (BRASIL, 2007), qual seja:

Operações conduzidas por forças militares, especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando a **alcançar objetivos políticos**, econômicos, psicossociais ou militares por intermédio do emprego de meios militares convencionais ou não-convencionais, em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra (BRASIL, 2007, p.183, grifo nosso).

A leitura menos atenta dessa definição, inadvertidamente, poderia remeter à conclusão de que as OpEsp são exclusivamente independentes, em causa e efeito, de outras ações militares. A análise acurada das OpEsp, no entanto, impõe entender que também são capazes de aumentar a eficiência das campanhas militares amplas, atingindo vulnerabilidades

6 ElmOpEsp são, neste estudo, aqueles componentes individuais ou pequenos grupos de especialistas das FOpEsp, quando não enquadrados em uma organização, ou, ainda, enquanto militares pertencentes a uma mesma Unidade de OpEsp.

7 Texto original em inglês.

inimigas e obtendo efeitos, não somente táticos, mas em todos os níveis do conflito. Para Vij Yadav<sup>8</sup> (2012), as OpEsp podem ser empregadas estratégica, operacional e taticamente.

Nesse tema, Colin Gray (1996)<sup>9</sup> compreende o proveito estratégico das OpEsp e afirma que elas não são apenas uma subdivisão de ações convencionais, pois sua essência é qualitativamente diferente dessas. Gray (1996, p.150) alega que, “embora OpEsp sejam taticamente *sui generis* (em relação à guerra naval e aérea, por exemplo) funcionam estrategicamente de modo equivalente a todas as outras operações.”<sup>10</sup>

A diferença qualitativa a que Gray (1996) se refere deriva da natureza não ortodoxa das OpEsp. Por sua vez, essa natureza insólita consiste em trazer à tona o incomum e reside em explorar as vulnerabilidades críticas adversárias, empregando recursos de pequena monta, em ações impossíveis pelos métodos tradicionais (KIRAS, 2006), o que deve ser executado por elementos altamente especializados, constituintes das FOpEsp.

Assim, as OpEsp têm emprego amplo em conflitos de diferentes intensidades, mas sua especialização traz risco de serem mal utilizadas. Para Kiras (2006), esse perigo reside nos poderes políticos desejosos de vitórias rápidas e baratas e nos comandos convencionais, ao limitar o emprego das OpEsp para obter sucessos táticos imediatos, porém efêmeros.

## **2.2 A conjuntura atual e a relevância das Operações Especiais**

Como afirma Yadav (2012), após o término da Guerra Fria (1989), a probabilidade de ocorrência de guerras envolvendo forças convencionais maciças declinou, porém resiste como ameaça verdadeira e não ignorável. Yadav (2012) atesta, portanto, que os conflitos não deixaram de ocorrer, mas sofreram uma mudança em seu caráter e forma.

Para Christopher Lamb e David Tucker (2007), esses conflitos se tornaram menores e, neles, forças de maior mobilidade e mais letais são uma ponte para a vitória.

8 VIJ YADAV é Coronel do Exército Indiano, analista de OpEsp para o *Centre for Joint Warfare Studies* em Nova Déli.

9 COLIN GRAY é professor de Política Internacional e Estudos de Estratégia na Universidade de Reading e *PhD* pela Universidade de Oxford.

10 Texto original em inglês.

Nesses cenários, ações não convencionais apresentam-se como indispensáveis e, quando essa conjuntura ocorrer, as FOpEsp, em geral, atuarão como protagonistas.

Do exposto, percebe-se que as FOpEsp cumprem papéis proeminentes e agem em missões decisivas nas campanhas atuais por possuírem peculiaridades aderentes à conjuntura.

Nos conflitos, as FOpEsp são, também, parte da Grande-Estratégia<sup>11</sup> de um Estado, pois constituem um instrumento do Poder Militar a ser empregado cirurgicamente em apoio à política, tanto associado às forças convencionais, quanto como uma ferramenta independente, sem necessariamente estar engajada em combate direto (GRAY, 1996).

Em entrevista<sup>12</sup>, Pinheiro (2013) afirma que as OpEsp sempre geram efeito estratégico e que, presentemente, ganharam relevância. Para ele, tal fato deriva da intensificação da participação de atores não-estatais nas crises internacionais, ocorrida após o término da Guerra Fria (1989), quando as ameaças assumiram também caracteres irregulares e transnacionais, compondo um cenário complexo, evidenciado internacionalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA).

Após aquela data, segundo Steve Taylor (2012), ficou claro que a segurança dos Estados depende de sua capacidade de influenciar militarmente e projetar poder à distância, opondo-se a diferentes ameaças, convencionais ou não-convencionais. Tais desafios são, para Taylor (2012), idealmente atribuídos às FOpEsp, que possuem pessoal selecionado, treinado e equipamento específico, sendo capazes de operar com maiores flexibilidade e versatilidade.

Dessa maneira, evidencia-se o destaque assumido pelas OpEsp nos conflitos atuais. Yadav (2012) reforça tal alegação acrescentando que, na conjuntura econômica vigente, os Estados têm contingenciado os orçamentos das FA enquanto, simultânea e paradoxalmente, injetam poder em suas FOpEsp, o que vem demonstrar sua distinção e relevância.

---

11 Grande-Estratégia é um termo que Colin Gray, em linhas gerais, define como o emprego com propósito definido de todos os instrumentos de poder disponíveis para a segurança de uma comunidade, portanto, parte mais relevante da estratégia estatal orientada à obtenção dos objetivos políticos (GRAY, 1996).

12 Entrevista semi-estruturada concedida pelo General Alvaro Pinheiro a este pesquisador, no Rio de Janeiro-RJ, em 05 de julho de 2013 e que constitui o APÊNDICE B.



### 2.3 Emprego de Forças de Operações Especiais

Da definição dada às OpEsp, depreende-se os riscos políticos envolvidos em sua eventual aplicação. Nesse caminho, Robinson (2004) afirma que FOpEsp são delineadas para missões que forças convencionais não têm condições de levar a cabo, pois, em geral, requerem um estilo discreto, à retaguarda das linhas inimigas e em ambientes de alto risco.

As considerações acima não são limitações à condução de OpEsp. Ao contrário, por serem abrangentes, acabam por se tornar oportunidades para sua aplicação. Nesse sentido, Yadav (2012) enuncia que as OpEsp oferecem ao decisor opções militares viáveis, provendo uma resposta assimétrica<sup>13</sup> por todo o espectro do conflito, pois são desenvolvidas para alcançar propósitos, a partir da aplicação criteriosa de recursos em operações ponderadas.

A assimetria no amplo espectro do conflito, assinalada por Yadav (2012), reside na capacidade das OpEsp em prover reação inusitada a uma ameaça que, inclusive, não necessita ocorrer no local no qual seu efeito será sentido.

Historicamente, evidencia-se tal assertiva observando a análise de Gray(1996) e Kiras (2006) da incursão britânica realizada em *Saint Nazaire*<sup>14</sup>, na França ocupada, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse evento, em março de 1942, equipes de Comandos<sup>15</sup> neutralizaram instalações que abarcavam o maior dique seco do mundo, à época sob controle alemão. Mesmo direcionada a alvos em terra, essa OpEsp emblemática produziu os efeitos desejados em outro ambiente estratégico, o Teatro de Operações Marítimo do Atlântico Norte, com impactos relevantes em toda a guerra. Gray (1996, p.53) afirma que “o ataque a *Saint Nazaire* não foi apenas uma Ação de Comandos, mas uma operação de alta

---

13 A resposta assimétrica, nesse sentido, segundo o MD-35-G-01, é definida pelo emprego de meios não convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate (BRASIL, 2007).

14 O Ataque a *Saint Nazaire*, em março de 1942, na costa oeste da França, ocupada por forças germânicas, é um dos feitos heroicos da Segunda Guerra Mundial, onde os grandes diques secos alemães, vitais para a manutenção de seus navios, seriam colocados fora de ação, de modo a obter vantagem decisiva para a conquista da Batalha do Atlântico.

15 Comandos, nesse sentido, designa segundo o MD-35-G-01, uma tropa permanente adestrada e altamente qualificada a operar sob circunstâncias e ambientes impróprios ou contraindicados ao emprego de outros elementos das forças regulares, que realiza ações de surpresa, em pequenos grupos, mediante rápidas incursões, estando apta a cumprir uma ampla variedade de missões ou tarefas táticas ou estratégicas (BRASIL, 2007)

estratégia e constituiu uma importante parte de toda a Batalha Naval do Atlântico.”<sup>16</sup>

Essa incursão traz outro aspecto relevante. Tipicamente, as OpEsp são conduzidas em ambientes de alto risco, negados às forças convencionais, e que podem contar com a presença de população ou tropas nativas. Nessas situações, operando atrás das linhas inimigas, por vezes sem apoio e sob restrições de ordem política, como a de se evitar danos colaterais<sup>17</sup>, as FOpEsp encontram em seus atributos incomuns os fatores viabilizadores do sucesso.

Essa afirmação vai ao encontro do enunciado por Gray (1996), por reforçar a existência de uma diferença qualitativa entre FOpEsp e as forças convencionais de um Estado, uma vez que as primeiras são preparadas para trabalhar em situações de alta complexidade e risco, onde pode não existir a possibilidade de apoio de outros meios militares.

Justamente por serem empregadas em ambientes únicos, estabelecem-se cinco requisitos operacionais de uma FOpEsp, quais sejam; possuir extrema determinação; estar orientada por interesses políticos; empregar abordagens não ortodoxas; utilizar meios, técnicas e treinamentos não convencionais; e, ainda, necessitar de inteligência específica. Ausentes quaisquer dos requisitos acima, a decisão pelo emprego de FOpEsp tenderá ao erro, obviamente, diminuindo as chances de sucesso (LAMB; TUCKER, 2007).

A determinação extrema é um dos requisitos compreendido pela própria condição de emprego das FOpEsp. Os ambientes complexos e a falta de apoio exigem perseverança para o cumprimento das missões. Quanto a isso, Susan Marquis (1997)<sup>18</sup> afirma que uma das razões pelas quais as OpEsp têm sucesso, mesmo em cenários intrincados, é o fato dos ElmOpEsp terem condições psicológicas para tirar vantagem da independência e coragem, recusando-se a se limitar pelas dificuldades.

Na orientação pelos interesses políticos, avalia-se o valor estratégico das OpEsp e

---

16 Texto original em inglês.

17 Dano colateral, segundo Ian Henderson, é a perda de vidas civis, ferimento a civis ou, ainda, o dano a objetos civis. (HENDERSON, 2009, p.206, tradução nossa).

18 SUSAN MARQUIS é colaboradora do *Brookings Institution Center for Public Management* e funcionária civil do Departamento de Defesa dos EUA.

as consequências para os interesses do Estado. Segundo Yadav (2012), os conflitos no Kosovo (1999) e as operações no Afeganistão (2001-), fizeram os governos dos Estados perceberem que grandes objetivos políticos podem ser atingidos por pequenos times de especialistas, sem a controversa obrigação de empregar grandes e custosas forças regulares.

Mais ainda, entender as possíveis e sérias consequências do insucesso no emprego de FOpEsp é impositivo (LAMB; TUCKER, 2007) e, assim, a preparação para o trato com autoridades, a flexibilidade para adaptar planos a anseios superiores e a avaliação correta das consequências políticas dos atos são importantes considerações no planejamento das OpEsp.

Abordagens não ortodoxas são um requisito onde, para Lamb e Tucker (2007), o fulcro está na criatividade e que permite flexibilizar normas e doutrinas em prol da solução do problema militar. As ações focadas na mobilidade, estratégias e audácia, próprias de OpEsp, são mais relevantes que o princípio da massa<sup>19</sup> buscado pelas forças convencionais.

O desenvolvimento contínuo de capacidades especiais é fator que aumenta as chances de atingir a surpresa, condição tática essencial nas OpEsp. Portanto, meios, técnicas e treinamentos não convencionais são usuais para permitir a efetivação das abordagens incomuns anteriormente descritas. Dessa maneira, fica clara a especificidade do treinamento das FOpEsp, que podem ter sua diferença de abordagem exemplificada abaixo:

Soldados convencionais são ensinados a lutar e atirar. Os *SEAL*<sup>20</sup>, assim como outros ElmOpEsp aprendem a evitar a luta e o tiroteio de forma a permanecer homiziados e completar sua missão. [...] ElmOpEsp são ensinados a atirar somente enquanto diretamente ameaçados e, quando precisam atirar, atiram somente em quantidade necessária para a proteção da equipe, de modo a economizar munição para a próxima situação que pode ocorrer antes de sua evasão (MARQUIS, 1997, p.51)<sup>21</sup>.

No que concerne à Inteligência, as FOpEsp possuem necessidades próprias. Segundo Yadav (2012), inteligência operacional detalhada é um requisito fundamental para as OpEsp. A *Joint Publication (JP) 3-05 Joint Special Operations* do Comando de Operações

19 Princípio da Massa ou, simplesmente, Massa, segundo o MD-35-G-01, é o Princípio de Guerra que compreende a aplicação de forças superiores às do inimigo, em termos de quantidade, qualidade e eficiência, em um ponto decisivo, no tempo devido, com capacidade para sustentar esse esforço, enquanto necessário (BRASIL, 2007).

20 *SEAL* é o nome usual dos ElmOpEsp da *US Navy* oficialmente designados *Special Warfare Operators*. A designação *SEAL* é uma abreviatura indicativa das palavras em inglês *Sea, Earth, Air, Land*. (US Navy, 2012)

21 Texto original em inglês.

Especiais dos Estados Unidos da América (USSOCOM<sup>22</sup>, 2011) esclarece que até pequenas equipes de OpEsp realizam planejamento detalhado e, assim, as necessidades em inteligência são diferentes, maiores em escopo e em profundidade, das exigidas por forças convencionais.

Contudo, estudados os requisitos das FOpEsp, esses não são elementos únicos de decisão para o emprego. Há, ainda, limitações a serem também conhecidas e consideradas e, mais além, em que pese suas flexibilidade e versatilidade, existem tarefas e operações típicas para as quais as FOpEsp são, originalmente, estruturadas e que serão vistas a seguir.

## **2.4 Limitações e tarefas típicas de Operações Especiais**

No que concerne às limitações, o JP 3-05 (USSOCOM, 2011) as estabelece para emprego de seus próprios efetivos. No entanto, tendo em vista os aspectos abrangentes a que se referem, podem ser generalizadas para quaisquer FOpEsp.

A primeira limitação diz respeito a seu emprego em substituição a tropas convencionais. Nesse tema, as FOpEsp não devem assumir operações próprias das tropas convencionais, por não serem treinadas ou equipadas para tal. A segunda limitação afirma que FOpEsp podem necessitar de apoio convencional, pois não são, originalmente, suportadas por apoios robustos de combate ou logísticos. A terceira e última limitação alude ao preparo de seus recursos humanos. Nesse quesito, FOpEsp são forças militares numericamente limitadas, de treinamento complexo e demorado e seus efetivos não podem ser celeremente repostos, tampouco suas capacidades podem ser tempestivamente aumentadas (USSOCOM, 2011). Para Yadav (2012, Ed. Kindle, pos. 231), “enquanto o objetivo político pode mudar do dia para a noite, a capacidade militar de alcançá-los não pode ser construída tão rapidamente.”<sup>23</sup>

Considerada a variedade de cenários onde FOpEsp podem ser empregadas, juntamente de seus requisitos e limitações, para sua aplicação deve-se, ainda, ponderar as

22 USSOCOM é a sigla em inglês para *United States Special Operations Command*, que designa o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos da América, estrutura integradora de FOpEsp daquele Estado, subordinada à Secretaria de Defesa e cuja missão é prover capacidade total de OpEsp para defender os EUA e seus interesses. (USSOCOM, 2013)

23 Texto original em inglês.

tarefas típicas para as quais são apropriadas. Nesse tópico, Robinson (2013) e o USSOCOM (2011) levantam onze tarefas militares, definidas no APÊNDICE A, as quais denominam “*core operations and activities*”<sup>24</sup>, a seguir listadas: ações diretas; reconhecimento especial; contraterrorismo; guerra não convencional; contrainsurgência; operações de informação; operações psicológicas; defesa interna estrangeira; assistência a forças de segurança; contraproliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM); e assuntos civis. Nessas tarefas, as FOpEsp podem, tanto exercer o esforço principal quanto contribuir decisivamente para sua execução.

É relevante mencionar ainda que, embora as FOpEsp sejam, de uma maneira geral, constituídas sob as mesmas condicionantes operacionais e técnicas citadas neste Capítulo, a classificação de uma operação ou uma força como especial varia conforme as culturas militar e política de um Estado, já que essas, como enunciado por Lamb e Tucker (2007), influenciam no desenvolvimento de uma certa capacidade de OpEsp, na escolha de um modelo de operação a ser implementado e nos métodos de emprego dessas Forças.

## **2.5 Métodos de aplicação e proveito das Operações Especiais**

As OpEsp são realizadas por dois diferentes métodos, também conhecidos como abordagens, que são: o direto e o indireto. O Almirante William McRaven<sup>25</sup> (2013) afirma que essa divisão auxilia a compreender as tarefas das FOpEsp, ainda que de forma simplista. Para Lamb e Tucker (2007), a categorização dos métodos de aplicação é útil, pois leva a entender que as FOpEsp devem ter duas competências essenciais que são: a habilidade de combate, voltada para ações em relação a alvos inimigos e, por isso, associadas ao método direto; e a habilidade de influência, associada ao método indireto, que atua sobre forças militares nativas ou sobre a população, para que ajam conforme um padrão favorável e desejável. O

---

<sup>24</sup> *Core Operations and Activities* é um termo consagrado na doutrina global de OpEsp, podendo ser traduzido como: Tarefas e Operações Típicas (Tradução nossa).

<sup>25</sup> O Almirante William McRaven da Marinha dos EUA é SEAL e atual Comandante do USSOCOM, desde 2011.

APÊNDICE A relaciona cada tarefa típica de OpEsp a um dos dois métodos de emprego.

McRaven (2012a) complementa o significado desses métodos e caracteriza o direto por ser nucleado em pequenas unidades, integrado às demais operações, intensivo em tecnologia, cirúrgico na letalidade e preciso na coleta de dados de inteligência.

Quanto ao indireto, cita que, embora menos conhecido, é decisivo, pois se opõe às ameaças de maneira sistêmica e, por ele, presta-se auxílio para aprimorar forças nativas e engajar pessoas chave na população. É pelo método indireto que as FOpEsp são empregadas sistemicamente e a longo prazo (MCRAVEN, 2012).

O método direto, em geral, sozinho, não subleva ameaças no Teatro de Operações (TO). Ele, contudo, obtém tempo e espaço para que as abordagens indiretas tenham efeito.

A aplicação de FOpEsp, direta ou indiretamente, pode suplementar outros meios que confrontam uma ameaça, ou constituir o esforço principal em um conflito. Diferentes circunstâncias e escolhas estratégicas determinarão o proveito das OpEsp realizadas no TO e, nesse caso, se serão conduzidas em proveito das forças convencionais, ou se gerarão, por si só, os efeitos estratégicos esperados (LAMB; TUCKER, 2007).

Analisando os cenários de emprego das FOpEsp, percebe-se uma certa autonomia operacional em relação às forças convencionais, uma vez que atuam em ambientes distintos. Porém, somente ao considerar seus métodos de aplicação e o proveito gerado nas OpEsp, é que se apresenta a relação de interdependência entre esses dois tipos de forças que, em geral, estão apoiando ou sendo apoiadas uma pela outra.

Do exposto, vem a importância de se considerar as OpEsp dentro do contexto estratégico de todo o conflito e não na dimensão tática onde são aplicadas, pois “não há outra maneira de alcançar utilidade no nível estratégico” (GRAY, 1996, p. 143)<sup>26</sup>. Sendo assim, uma vez que as FOpEsp devem estar diretamente subordinadas aos Comandos dos TO (ComTO), resulta claro que os Estados-Maiores desses Comandos devem conhecer as especificidades

---

26 Texto original em inglês.

das tropas especiais em prol de seu melhor desempenho, ainda que, em geral, sejam guarnecidos por militares oriundos de forças convencionais.

## 2.6 Relacionamento com as forças convencionais

Para Yadav (2012), FOpEsp necessitam trabalhar em conjunto com as convencionais, mas não podem ser conduzidas da mesma maneira. Nesse contexto, por constituírem minoria em efetivos, os conceitos e peculiaridades das FOpEsp são menos conhecidos, levando a má interpretação e a má aplicação dessas tropas especiais, pela tendência dos planejadores oriundos de forças convencionais em optarem por soluções generalizadas nos TO. Essa propensão ao mau uso das FOpEsp as distancia e cria, nessas, precaução quanto ao emprego orientado e conduzido por comandos convencionais.

Do lado convencional, os aspectos que dificultam a integração são evidentes:

ElmOpEsp lutam uma espécie diferente de “guerra” daquela das forças convencionais. Simplesmente, exércitos tomam e conquistam terreno. Forças aéreas conduzem bombardeios estratégicos ou engajam caças inimigos. Marinhas operam forças navais no mar aberto, [...]. As tradições das forças convencionais são, em geral, histórias compartilhadas. Eles lutaram as mesmas guerras, confrontaram o inimigo com a cabeça erguida e venceram batalhas empregando uma força maior. FOpEsp, diferente das convencionais, geralmente trabalham em grupos pequenos. Elas operam secretamente atrás das linhas inimigas, treinam forças estrangeiras ou trabalham ajudando a reconstruir outros Estados. FOpEsp podem ser muito úteis nos períodos de crise ou “atrás das linhas” nos conflitos maiores. Esse combate não ortodoxo, frequentemente indireto, foi por muito tempo rejeitado e até desdenhado pelas forças convencionais” (MARQUIS, 1996, p.06, aspas no original)<sup>27</sup>.

Em que pesem essas diferenças, os conflitos atuais não permitem dispersar esforços. Segundo Milan Vego (2009), o resultado das ações táticas efetuadas pelas forças de um TO somente é relevante se associado ao empenho conjunto que é desenvolvido. Uma vez que, no combate, uma estratégia coerente e a excelência tática são essenciais, o emprego sinérgico dos meios é, portanto, um ponto vital. Assim, em TO onde comandos de forças convencionais se juntam aos das FOpEsp, o esforço deve ser dirigido para compreenderem-se mutuamente e, dessa forma, operarem no máximo de sua eficiência.

---

<sup>27</sup> Texto original em inglês.

### 3 COMANDOS CONJUNTOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O manual MD-30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas (BRASIL, 2011) afirma que uma FA tem baixa probabilidade de ser singularmente empregada em campanha e, portanto, a combinação dos meios e esforços é indispensável para o máximo rendimento. Em um conflito, quando designado um Comando Conjunto de nível operacional, esse elabora o planejamento e estabelece os objetivos orientados para os efeitos estratégicos desejados.

Visto, no Capítulo 2, existirem cenários nos quais FOpEsp são julgadas ferramentas próprias para obter efeitos estratégicos determinados seria, assim, útil haver OM específicas que agregassem os vários ElmOpEsp, dentro dos comandos conjuntos operacionais. Robinson (2013), nesse tema, cita que, dado que as OpEsp são o instrumento adequado para lidar com vários tipos de ameaças, deve haver comprometimento e ordenação do esforço na sua condução, a fim de aproveitar suas capacidades únicas e obter maiores e duradouros efeitos no nível estratégico.

Nessa lógica, ativando-se um TO, em geral, uma Força Conjunta de Operações Especiais (FCjOpEsp)<sup>28</sup> ou órgão equivalente, deveria ser criada, subordinada diretamente ao ComTO, garantindo que as OpEsp produzissem o máximo efeito estratégico na campanha. Sem que tal força exista, os ElmOpEsp apenas contribuem em um mosaico de ações não integradas que, dificilmente, produzem a repercussão desejada e sistemicamente enredadas. (PINHEIRO, 2013). Yadav (2012, Ed. Kindle, pos. 164), em reforço, afirma que “a falta de coordenação entre componentes individuais tem sido citada como um impedimento para o alcance das metas desejadas nas missões de OpEsp.”<sup>29</sup>

Destarte, entende-se que as FCjOpEsp subordinadas diretamente aos Comandos Operacionais, tais como os ComTO, seriam órgãos essenciais para a integração, coordenação

---

28 Força Conjunta de OpEsp (FCjOpEsp) é empregado conforme o MD-30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas e designa Organizações por Tarefa de OpEsp nos ComTO (BRASIL, 2011). Outros termos poderiam ser empregados, como: Comandos Componentes de OpEsp (CmndoCteOpEsp) ou, ainda, Força-Tarefa Conjunta de OpEsp (FTCjOpEsp).

29 Texto original em inglês.



e controle de ElmOpEsp nos conflitos. Quando ativada, uma FCjOpEsp constituiria uma organização por tarefas, ou seja, aquela criada por finalidade e finita no tempo, com o propósito precípua do cumprimento de sua missão (BRASIL, 2011).

Embora as OpEsp possam ser desenvolvidas por elementos de uma única FA, a recente experiência militar nos conflitos revela existir melhor efetividade quando as FOpEsp são integradas (PINHEIRO, 2012), desde que mantidas as identidades dos ElmOpEsp. A concordar com Pinheiro nesse tema, o JP 3-05 já considera doutrinário o fato que as “OpEsp são inerentemente conjuntas”<sup>30</sup> (USSOCOM, 2011, Ed. Kindle, pos.137).

### **3.1 Comandos Conjuntos de Operações Especiais permanentes**

As FOpEsp são, pela definição, adaptáveis a ambientes difusos e de alto risco, onde se mesclam ocorrências que exigem iniciativa e visualização plena dos efeitos desejados e das implicações decorrentes das ações. Nesses cenários de incerteza, sem margem para erro, as OpEsp devem ser planejadas detalhadamente, garantindo condições para que emergências sejam corretas e oportunamente tratadas (GRAY, 1996). Yadav (2012), em conformidade, cita que tal situação obriga a preservar a identidade e a autonomia dos ElmOpEsp nas operações, garantindo-lhes a manutenção de suas características, da liberdade de ação e, por consequência, os resultados adequados.

O conceito acima, associado às ameaças prováveis, analisadas no Capítulo 2, é o arcabouço para entender Pinheiro (2012), que, pautado na transnacionalidade dos conflitos modernos e no caráter não estatal de muitas ameaças à paz, afirma que a relevância atual das FOpEsp, não somente é incontestável, como acompanha o desenvolvimento de organizações como as FOpEsp multiestatais, denominadas Forças Combinadas de Operações Especiais (FCbnOpEsp). Essas estruturas poderiam ser consideradas hoje uma tendência mundial, consolidando o desejo comum dos Estados em cessar perigos que, em conjunto, os afetam.

---

30 Texto original em inglês.

As ações militares no Afeganistão (1999), no Iraque (2003-2011) e, recentemente, no Mali (2012-), todas envolvendo emprego de FCbnOpEsp subordinadas aos ComTO, confirmam essa propensão (PINHEIRO, 2013).

Em um contexto no qual as FOpEsp têm ampla possibilidade de emprego conjunto e, até mesmo, em organismos multiestatais, é necessária que elas possuam capacitação para atender as exigências inerentes a tal conjuntura. Essa capacitação, por ser extensa e complexa, não é erguida de imediato durante uma crise. Deve, ao contrário, ser construída continuamente, desde tempos de paz (YADAV, 2012).

Assim, os Estados nos quais ElmOpEsp são amplamente aplicados criaram órgãos permanentes integradores para orientar o preparo e o emprego desses elementos (TAYLOR, 2009). Tais órgãos, ainda que variem em forma e atribuição de Estado para Estado, compartilham a propriedade de estarem ativos desde tempos de paz, contribuindo para a manutenção das peculiaridades que fazem, das FOpEsp, recurso essencial para as FA atuais.

Em complemento, tais estruturas integradoras são benéficas por facilitarem a criação de doutrina e procedimentos de emprego conjunto, garantindo desenvoltura quando as FOpEsp são controladas no nível estratégico, em apoio ou apoiadas por forças convencionais, ou, ainda, associando-se as de outros Estados, nas FCbnOpEsp (PINHEIRO, 2013).

### **3.2 Modelos de organizações integradoras Forças de Operações Especiais**

Como dito acima, alguns Estados criaram comandos permanentes integradores de FOpEsp. Porém, mesmo orientados por desejos comuns, decidiram por tipos diferentes de organização e competências. Em ratificação, Gray (1996) afirma que, embora conceitos básicos envolvendo OpEsp sejam universais, cada Estado, por sua cultura militar própria, enfatiza uma ou outra determinada característica. Assim, tarefas e estruturas funcionais dos comandos criados variam, para que se tornem adaptados à realidade específica.

Organizações que reúnem FOpEsp para emprego estratégico já existem em cerca de 70 Estados pelo mundo (ROBINSON, 2013), corroborando a tendência global atual de dar relevância às OpEsp. É útil, no entanto, admitir que tais estruturas nem sempre são conjuntas, já que, em alguns Estados, FOpEsp existem em apenas uma FA, geralmente, nos exércitos nacionais. Destarte, é coerente agrupar os órgãos integradores de FOpEsp em tipos básicos que reúnam características e aspectos comuns, o que contribuirá para conclusões posteriores.

### 3.2.1 Comandos Conjuntos de Operações Especiais permanentes com forças adjudicadas

Esse tipo de organização é empregado por Estados, em geral, melhor adaptados ao uso das FOpEsp na consecução da manobra estratégica e onde o enfoque não se prende ao emprego conjunto, mas, também, à possível aplicação de forças em estruturas multiestatais (PINHEIRO, 2013). Nesses casos, os comandos permanentes apresentam resultados concretos no que tange a melhoria das OpEsp, uma vez que a integração é levada a campos amplos de decisão, como o ensino, a política de pessoal e a aquisição de material (MARQUIS, 1997).

Os EUA são um exemplo de Estado que adota estrutura como a descrita. No caso estadunidense, em 1987, após reavaliações governamentais decorrentes do emprego insatisfatório das FOpEsp integradas, particularmente, durante a mal fadada tentativa de resgate de reféns na embaixada estadunidense no Irã (1980), foi criado o USSOCOM, diretamente subordinado à Secretaria de Defesa (MARQUIS, 1997).

O USSOCOM é hoje um dos comandos operacionais dos EUA e conjuga práticas típicas de uma FA, incluindo administração orçamentária própria, com as tarefas comuns de um comando operativo de atuação global. Para as OpEsp, é o órgão encarregado de coordenar o planejamento, a logística, o ensino e o treinamento, além de prover as recomendações aos ComTO, para os quais são, em geral, designadas FOpEsp (USSOCOM, 2013a).

Preparando seus efetivos para serem "ágeis, flexíveis e prontos para toda a gama

de contingências e ameaças"<sup>31</sup> (MCRAVEN, 2012a, p. 2), o USSOCOM se mostra como um Comando em expansão que compreende, atualmente, mais de 66.000 pessoas oriundas, essencialmente, da Marinha, do Exército, da Força Aérea e dos Fuzileiros Navais daquele Estado, com previsão de aumento para além de 71.000, em 2015 (MCRAVEN, 2012b).

Responsável por conduzir as tarefas típicas vistas no Capítulo 2 e constantes do APÊNDICE A, o USSOCOM agrega tropas conceituadas dentre as FOpEsp mundiais, como os SEAL, a Força Delta, os *Marine Reconnaissance* e os *Rangers*, além de meios e recursos de aviação, específicos para Operações Especiais Aéreas<sup>32</sup> (OpEspAe), unidades navais especiais de transporte, regimentos de operações psicológicas e de assuntos civis. Conta ainda com órgãos de apoio às OpEsp, não somente de comando, controle e suporte ao combate, mas também de ensino conjunto (EUA, 2013a). Nesse tema, é relevante citar a *Joint Special Operations University* (JSOU), instituição superior de ensino, pesquisa e extensão na área de OpEsp conjuntas, voltada a assessores de alto nível, militares e civis (EUA, 2013b).

Seu orçamento é, em 2013, superior a 10 bilhões de dólares e, assim como o próprio Comando, deve ser expandido nos anos vindouros, permitindo verificar sua importância nos EUA (FLEICKERT, 2013). É também expressivo citar que o Reino Unido (RU) e o Canadá, ainda que em escala menor, possuem CmdoCjOpEsp assim configurados.

### 3.2.2 Comandos Conjuntos de Operações Especiais permanentes sem forças adjudicadas

Contando com menor capacidade de integração em relação àquela anteriormente exposta, as organizações desse tipo não possuem forças subalternas. Assim, constituem Comandos, em geral, subordinados aos Estados-Maiores Conjuntos das FA ou aos Setores de Operações desses Estados-Maiores, e se dedicam a integrar as FOpEsp por meio da unificação doutrinária e coordenação do preparo e emprego das OM vinculadas.

---

31 Texto original em inglês.

32 OpEspAe, segundo o MD-35-G-01, constituem o universo operacional das atividades destinadas ao emprego da Força Aérea em ambiente com características não convencionais e para o qual são exigidos conceitos diferentes dos empregados nas demais operações da Força Aérea (BRASIL, 2007).

Esse vem a ser um tipo de estrutura comum entre Estados que operam com organizações integradoras de FOpEsp por permitir alcance dos efeitos desejados, sem provocar grandes alterações institucionais e administrativas (PINHEIRO, 2013). Nessa linha organizacional, é relevante considerar a experiência do Estado Francês.

Assim, o *Commandement des Opérations Spéciales* (COS), criado em junho de 1992, após avaliação de falta de comando e controle na condução das OpEsp francesas na Primeira Guerra do Golfo (1991), está subordinado ao *Chef d'Etat-Major des Armées*, cargo equivalente, no Brasil, ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA). O COS tem por tarefas planejar, preparar e conduzir ações especiais específicas e coordenar as FOpEsp das três armas, buscando efeito sinérgico e melhorando a qualidade das OpEsp. Sua chefia é de um oficial-general e seu Estado-Maior é composto por um efetivo de cerca de 220 profissionais, entre militares, oficiais de ligação de agências civis, e especialistas, tais como, juristas, cientistas políticos, engenheiros, químicos, dentre outros (FRANÇA, 2013a).

Segundo Philippe Landicheff<sup>33</sup> (2012), a França conta com onze Organizações Militares (OM) de OpEsp, todas coordenadas pelo COS, incluindo, além de tropas especiais das três FA, Unidades de helicópteros e de aviação de asa fixa, essas últimas, capacitadas à realização de OpEspAe. Tal configuração concede ao COS invulgar capacidade em execução de OpEsp e provê mobilidade estratégica, comprovada pela narração abaixo:

[...] sobre a operação que fizemos no Mali, em 8 de janeiro [de 2011], para tentar libertar dois reféns sequestrados no Níger no dia anterior. Os dois foram capturados em um restaurante em Niamey, às 22:00 horas do dia 7 de janeiro. O SOCOM francês estava apto a realizar a intervenção no dia seguinte, em 8 de janeiro de 2011, a 7.000 km de Paris, com dois aviões táticos, com helicópteros, com paraquedistas e com as pessoas no chão. Isso só foi possível porque somos um Comando Conjunto e porque esses planos não foram feitos do dia para noite, foram pensados bem antes. O plano foi elaborado em setembro de 2010 e realizado em janeiro de 2011 (Landicheff, 2012, Ed. Kindle, pos. 487).<sup>34</sup>

Ratificando o sucesso do COS como uma estrutura de comando permanente destinada a integrar FOpEsp, o Livro Branco de Defesa Francês (FRANÇA, 2013b, p.139)

33 Philippe Landicheff é Coronel da Força Aérea francesa e foi Comandante do CPA10 (1997), a Unidade Comando Aéreo dedicada às OpEspAe. Participou de missões na Arábia Saudita (1995), Bósnia (1999) e Afeganistão (2004). É membro atual do COS (2012-) e exerce a função de Chefe da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação Multiestatal.

34 Texto original em francês.

afirma que, por sua participação destacada em operações recentes, fornecendo às autoridades militares e políticas opções de ação variadas e específicas, por vezes em sigilo, seus efetivos e meios de comando serão reforçados, bem como a sua capacidade de coordenação com os serviços de inteligência. Mais ainda, em uma alusão ao futuro visualizado para a Defesa, destaca-se que “a dimensão conjunta do COS será consolidada” (FRANÇA, 2013b, p.94)<sup>35</sup>.

### 3.2.3 Comandos de Operações Especiais singulares

Nesse tipo, relaciona-se as estruturas de FOpEsp que, embora não estejam integradas conjuntamente, estão reunidas no âmbito de cada FA, bem como, subordinadas a seus Comandos Operacionais. Nessa linha, mesmo não observando, diretamente, nenhuma integração conjunta, percebe-se que a decisão de agregar as FOpEsp e seu posicionamento hierárquico imediatamente abaixo dos Comandos Operacionais de cada FA evidenciam o aumento da relevância dada às OpEsp e a busca por sua inserção à manobra do mais alto nível decisório, onde se visualizam os efeitos estratégicos das operações (PINHEIRO, 2013).

Pode-se estudar a situação descrita analisando as FOpEsp nas FA chilenas. O Chile é um Estado onde cada FA possui seus próprios ElmOpEsp, sendo que, na Marinha e no Exército, foram criados, respectivamente, o *Comando de Fuerzas Especiales* (2005) e a *Brigada de Operaciones Especiales* (2006) e, na Força Aérea, a integração das OpEsp ainda se encontra em implementação (CHILE, 2013a; 2013b).

O *Comando de Fuerzas Especiales* reúne dois grupos de OpEsp da Marinha, os *Buzos Tácticos*<sup>36</sup> e os *Comandos de Infantería de Marina*<sup>37</sup> (CHILE, 2013a). A *Brigada de Operaciones Especiales* agrupa Unidades de OpEsp e um órgão de comando, controle e logística (CHILE, 2013b).

35 Texto original em francês.

36 Os *Buzos Tácticos* são ElmOpEsp cujas habilidades e capacidades assemelham-se às dos Mergulhadores de Combate da Marinha do Brasil.

37 Os *Comandos de Infantería de Marina* são ElmOpEsp cujas habilidades e capacidades assemelham-se às dos Comandos Anfíbios da Marinha do Brasil.

As organizações de OpEsp chilenas são treinadas para conduzir ações diretas, reconhecimento especial e ações contraterrorismo. Operando singularmente, enquadradas em comandos conjuntos ou combinados, quando em emprego multiestatal, têm capacidade de alcançar os efeitos estratégicos planejados, resultado desejado da unificação realizada.

Destarte, analisados diferentes tipos de organizações de integração de OpEsp, criadas conforme a cultura militar de cada Estado, é válido encontrar nelas pontos similares e divergentes, possibilitando verificar a adequabilidade à realidade das FA de outros Estados.

### **3.3 Ilações sobre os modelos de Comandos Conjuntos de Operações Especiais**

Dada a afirmação de que FOpEsp são escolhas militares preferenciais para ameaças específicas e prováveis nos atuais cenários internacionais (ROBINSON, 2013), uma maior atenção a seu aprimoramento e coordenação traria benefícios em todos os níveis.

Quando designado um comando militar operacional conjunto por um Estado, suas FCjOpEsp ou organizações equivalentes devem estar vetoradas aos propósitos estratégicos da campanha e necessitam ser empregadas sistêmica e integradamente. (PINHEIRO, 2012). São, destarte, as FCjOpEsp que consolidam a integração e coordenação do esforço de seus componentes. Sua estrutura permite o planejamento detalhado requerido por Gray (1996) e possibilita preservar a identidade, a autonomia, as características e liberdade de ação dessas forças, conforme o conceito postulado por Yadav (2012).

Mais ainda, avaliando o emprego multiestatal, a aplicação das FCbnOpEsp seria uma tendência mundial (PINHEIRO, 2013). Nesse sentido, doutrina, preparo e emprego unificados de FOpEsp contribuem para um melhor desempenho desses organismos.

As ilações acima indicam ampla possibilidade de emprego conjunto ou combinado de FOpEsp sendo, portanto, necessária a capacitação específica para tal. Essa capacitação, segundo Yadav (2012), não tem como ser edificada rapidamente em momento de

crise. Assim, mesmo variando em estrutura e atribuições, as OM integradoras de FOpEsp, se permanentes, unificariam a doutrina e a coordenação do emprego, garantindo, nas campanhas, a sinergia no esforço integrado de OpEsp e ratificando a assertiva de Pinheiro (2013).

Pode-se, para estudo, reunir organizações integradoras de FOpEsp permanentes em tipos básicos, anteriormente citados e onde o primeiro é o comando conjunto com forças adjudicadas, adotado nos EUA, RU e Canadá. Segundo Marquis (1997) esse tipo aprimora e amplia o uso das FOpEsp, integrando-as, inclusive, no nível do ensino de alto escalão, das políticas de recursos humanos e de material.

O segundo tipo revela-se nos órgãos integradores sem forças adjudicadas, onde o COS francês é um notável exemplo. Nele, mesmo não havendo integração plena oriunda da subordinação de forças, potencializa-se o esforço pela coordenação, preparo e planejamento unificado, sem que haja, segundo Pinheiro (2013), grande alteração institucional ou administrativa. Pela posição hierárquica no alto nível militar, o COS obtém resultados positivos, comprovando que esse tipo de organização integradora é capaz de atingir efeitos estratégicos. A não subordinação de forças, ainda, mantém operacional a estrutura de OpEsp singular das FA (LANDICHEFF, 2012) e auxilia a preservar a identidade dos ElmOpEsp.

O terceiro tipo básico reside no caso dos Estados que, mesmo sem constituir instituições de OpEsp conjuntas, tem, em cada uma das FA, uma integração de seus ElmOpEsp, por meio da criação de organizações subordinadas aos comandos operacionais singulares. Nesse caso, o posicionamento hierárquico das FOpEsp evidenciaria a tentativa de aproveitamento sistêmico dos efeitos das ações e o aumento da importância e do apoio fornecido às OpEsp no âmbito de cada FA (PINHEIRO, 2013). Esse é o caso das FOpEsp chilenas onde o *Comando de Fuerzas Especiales* e a *Brigada de Operaciones Especiales* podem operar singularmente, em comandos conjuntos, ou combinados, permanecendo orientados e apoiados pelos escalões operacionais mais elevados das FA.



## **4 A VALIDADE DE UMA ESTRUTURA DE COMANDO PERMANENTE PARA AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS BRASILEIRAS**

Considerando as especificidades das OpEsp elencadas no Capítulo 2 e também as questões que envolvem a reunião das FOpEsp em organizações integradoras permanentes, analisadas no Capítulo 3, resta avaliar se algum desses tipos de estrutura seria viável e traria benefícios para as FA brasileiras na conjuntura atual. Para compreender tais questões é útil estudar, além do já visto, as características das OM de OpEsp das FA brasileiras.

### **4.1 Forças de Operações Especiais brasileiras**

As FA brasileiras necessitam preparo para engajamento em uma vasta gama de tarefas, atendendo a incerteza e a imprevisibilidade de prováveis cenários de emprego. Para esses cenários, o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2013a) enumera as ações das FA que contribuem para a defesa dos interesses nacionais, quais sejam; manutenção da soberania e integridade territorial; garantia da lei, da ordem e dos poderes constituídos; atendimento dos compromissos internacionais assumidos; cooperação com o desenvolvimento e com a defesa civil nacionais; e atuação contra ilícitos transnacionais e crimes ambientais.

A complexidade das ações acima implica, para Pinheiro (2012), que as FA estejam preparadas para agir com flexibilidade e versatilidade, aptas a enfrentar, por vezes, ameaças convencionais e, sucessiva ou simultaneamente, outras de ordem não convencional<sup>38</sup>. Para tanto, sua capacidade operacional deve estar pautada em uma unidade de comando efetiva, com planejamento centralizado e execução tática descentralizada. Tudo isso, embasado em uma capacidade de inteligência orientada e em um comando e controle eficientes. Nesses cenários, as FOpEsp caracterizam-se como peças relevantes na manobra.

---

38 Ameaça não convencional é sinônimo de Ameaça Assimétrica que, segundo o MD-35-G-01, significa aquela ameaça decorrente da possibilidade de serem empregados meios ou métodos não ortodoxos, que incluem terrorismo, ataques cibernéticos, armas convencionais avançadas e armas de destruição em massa para anular ou neutralizar os pontos fortes de um adversário, explorando suas fraquezas, a fim de obter um resultado desproporcional (BRASIL, 2007).

No Brasil, especificamente, no que concerne as FOpEsp, existe, como em outros Estados, a necessidade de que as mesmas estejam aptas a contribuir, dentro de suas especificidades e de forma sistêmica, para o esforço militar conjunto nas operações de amplo espectro<sup>39</sup>. No entanto, as Unidades de OpEsp brasileiras encontram-se descentralizadas pelas três FA e, além disso, dentro de cada FA, subordinam-se a comandos táticos, o que revela uma situação fora do ideário previamente considerado.

Para melhor avaliar o potencial das FOpEsp, no Brasil, bem como, a viabilidade de sua integração permanente, é necessário, inicialmente, descrevê-las.

#### 4.1.1 As Operações Especiais na Marinha do Brasil

Na Marinha do Brasil (MB), os recursos militares para realização das OpEsp não se encontram integrados e residem, basicamente, em duas OM específicas, o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais – Tonelero (BtlOpEspFuzNav) e o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC). Além dessas, cabe citar a existência na MB de Unidades de superfície, aeronavais e submarinas aptas a apoiar OpEsp, fornecendo-lhes capacidade incomparável para infiltração em ambientes de alto risco (PINHEIRO, 2008).

O BtlOpEspFuzNav é uma OM do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), subordinada à Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), habilitada à realização de OpEsp do método direto, mormente, o reconhecimento, as ações diretas e o contraterrorismo. Seus efetivos especializados são conhecidos como Comandos Anfíbios, ou, simplesmente, ComAnf. Rigidamente recrutados e adestrados para o cumprimento de OpEsp, os ComAnf estão aptos a atuar como esforço principal ou em apoio a ações convencionais, particularmente, nas operações anfíbias e ribeirinhas (PINHEIRO, 2008).

---

39 Operações de Amplo Espectro: Ações Militares, nos conflitos contemporâneos, onde as FA necessitam estar aptas a desencadear concomitantemente operações ofensivas e defensivas, operações de inteligência, operações especiais, guerra eletrônica, operações de informações (operações psicológicas, assuntos civis, cooperação civil-militar, comunicação social), assistência humanitária, operações de estabilidade e apoio (VISACRO, 2011).

O GruMeC, por sua vez, é subordinado à Força de Submarinos e possui divisões operativas voltadas aos métodos diretos, principalmente nas tarefas de reconhecimento, ações diretas, e contraterrorismo (KAISER KONRAD, 2013). Especialistas na realização de OpEsp em apoio às operações anfíbias e ribeirinhas, as ações dos Mergulhadores de Combate do GruMeC, em geral, são desenvolvidas em ambientes predominantemente aquáticos, divergindo das realizadas pelos ComAnf, para os quais preponderam os ambientes terrestres (PINHEIRO, 2008).

Ainda que organizacionalmente separadas e subordinadas a escalões inferiores ao Comando Operacional da MB, qual seja, o Comando de Operações Navais (ComOpNav), se considerado o conjunto de suas capacidades, avalia-se que as Unidades de OpEsp da MB emprestam a essa FA relevante capacidade para a condução de OpEsp, principalmente de abordagem direta.

Vistas as considerações acima, depreende-se que o Poder Naval brasileiro possui um potencial ímpar para contribuir de forma ampla e decisiva com as FCjOpEsp em uma campanha militar. Tal potencial é conferido, prioritariamente, pelas duas OM especializadas que possui sendo somada, ainda, a grande mobilidade estratégica garantida pelos meios de superfície, aeronavais e submarinos.

#### 4.1.2 As Operações Especiais no Exército Brasileiro

No Exército Brasileiro (EB), as Unidades de OpEsp encontram-se integradas por um comando único, ainda que esse possua diferentes subordinação e vinculação operacional.

O Comando de Operações Especiais (CmndoOpEspEB), nome assumido em 2013 pela então Brigada de Operações Especiais, criada em 2002, é o órgão responsável pela coordenação e pelo controle das OpEsp na Força Terrestre, conduzindo o planejamento, preparo e emprego de suas OM. Comandado por um oficial general, o CmndoOpEspEB é

subordinado ao Comando Militar do Planalto, por estar localizado em Goiânia-GO, contudo, dada a peculiaridade de suas tarefas, possui vinculação operacional permanente com o Comando de Operações Terrestres, órgão centralizador do planejamento operacional do EB (BRASIL, 2013c).

Além de Unidades administrativas e de apoio, ao CmdoOpEspEB se subordinam um Batalhão de Forças Especiais (1ºBFEsp), um Batalhão de Ações de Comandos (1ºBAC), um Batalhão de Operações Psicológicas (1ºBOPsc), uma Unidade de Defesa Química, Bacteriológica e Nuclear e um Centro de Instrução. Menciona-se, ainda, uma Companhia de Forças Especiais (3ªCiaFEsp), localizada em Manaus-AM, que possui vinculação operacional com o CmdoOpEspEB e subordinação ao Comando Militar da Amazônia (BRASIL, 2013c).

Ao Batalhão de Forças Especiais e à Companhia de Forças Especiais são, basicamente, atribuídas a condução de forças paramilitares em operações de guerra irregular<sup>40</sup>, as operações contra forças irregulares, as ações de contraterrorismo e os reconhecimentos especiais, tarefas que são desempenhadas por seus efetivos especializados conhecidos como Forças Especiais (FE). Já o Batalhão de Ações de Comandos tem por tarefas fundamentais realizar ações diretas e prestar apoio ao 1ºBFEsp na condução de ações de contraterrorismo, através do emprego de sua tropa conhecida como Comandos (PINHEIRO, 2008). Ao Batalhão de Operações Psicológicas cabe a aplicação de técnicas com o intuito de motivar públicos hostis a realizarem comportamentos desejáveis (BRASIL, 2013c).

Juntas, essas quatro Unidades integradas no CmdoOpEspEB realizam o esforço de OpEsp da Força Terrestre. Suas capacidades, somadas, garantem aptidão para efetivação de tarefas que abrangem a emprego de FOpEsp em cenários de risco, quer seja por métodos diretos ou indiretos. Segundo Pinheiro (2008), o EB incrementa, ainda, sua capacidade de realizar OpEsp a partir da existência, em seus quadros, de Unidades de aviação de asas

---

40 Forças paramilitares em operações de guerra irregular são, de acordo com o MD-35-G-01, forças distintas das Forças Armadas regulares, mas semelhante a elas em organização, equipamento, treinamento ou missão envolvidas em um conflito armado fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas. (BRASIL, 2007)

rotativas, aptas a conduzir OpEspAe. Tal meios contribuem, sensivelmente, para o aumento da mobilidade dos ElmOpEsp do EB.

#### 4.1.3 As Operações Especiais na Força Aérea Brasileira

No Brasil, as OpEspAe são realizadas, majoritariamente, pela Força Aérea Brasileira (FAB) que, todavia, não possui OM exclusiva para tais atividades em sua organização administrativa. Assim, em função do exposto, a FAB realiza treinamento específico nessas tarefas dentro de seus Esquadrões de Caça, Reconhecimento e Transporte e, nesses casos, garante a elas alguma relevância e desempenho satisfatório (PINHEIRO, 2008).

No que concerne a tropas de OpEsp, a FAB possui, dentro de seus quadros, o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento – Para-SAR (EAS), onde, dentre outros efetivos, encontram-se os Paracomandos, a quem cabe desenvolver as OpEsp singulares dessa FA. O EAS é uma Unidade localizada em Campo Grande – MS e, por tal, administrativamente subordinada à Base Aérea de Campo Grande. Operacionalmente, o EAS encontra-se vinculado à Segunda Força Aérea (II FAe), cuja tarefa principal é prover apoio às demais FA, realizando ações aéreas de cunho tático (BRASIL, 2013d).

Enfocado na condução de OpEsp de método direto, o EAS é a FOpEsp brasileira, por essência, apta a contribuir no salvamento e resgate em combate, o *Combat - Search and Rescue* (C-SAR)<sup>41</sup>.

Em que pese a menor capacidade de realizar OpEsp singularmente, em função dos menores efetivos designados, a FAB tem contribuição relevante à medida que se considere a especialização de seus componentes para as tarefas C-SAR e, mais ainda, a grande capacidade de prover apoio às FOpEsp por intermédio da realização das OpEspAe.

Discutidas, assim, a organização e especialidades das Unidades que realizam

---

41 C-SAR: da sigla em inglês *Combat Search And Rescue*, são definidas no MD35-G-01 como o conjunto de missões coordenadas e sob comando único, com a finalidade de resgatar tripulantes abatidos ou acidentados em ambiente hostil (BRASIL, 2007).

OpEsp nas FA brasileiras, resta verificar, para entendimento do seu potencial de integração, a maneira pela qual são constituídos, no Brasil, os Comandos Conjuntos de OpEsp.

#### **4.2 Comandos Conjuntos de Operações Especiais no Brasil**

No Brasil, por não existirem CmdoCjOpEsp permanentes, a interoperabilidade entre Unidades de OpEsp resulta, apenas, da ativação das FCjOpEsp subordinadas a um ComTO ou quaisquer comandos operacionais, porventura, designados. Essas FCjOpEsp orientadas para missões específicas, de proveito do maior escalão da campanha, podem ser compostas por efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea (PINHEIRO, 2008).

Em que pesem as semelhanças na preparação e emprego das FOpEsp de diferentes FA facilitarem significativamente sua interoperabilidade, é necessário compreender que cada Unidade tem tarefas e ambientes operacionais prioritários (YADAV, 2012), ou seja, identidade própria. Nesse sentido, a interoperabilidade considera a identidade de cada Unidade para, dessa forma, não se minimizar as experiências de grupos especificamente qualificados. A reunião dessas diferentes qualificações e habilidades produz o desejado efeito sinérgico e melhora o desempenho das FOpEsp quando empregadas sistemicamente.

Iniciadas em 2002, as operações conjuntas conduzidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) são ações militares que permitem o desenvolvimento e avaliação de procedimentos de comando e controle, inteligência, apoio logístico e de auxílio à população civil (BRASIL, 2013b). Em um período de onze anos, somam-se mais de vinte operações onde a situação militar exigiu a criação de FCjOpEsp, o que contribuiu para sua incorporação definitiva à manobra dos mais altos escalões envolvidos, sendo ainda significativo enfatizar que se atribui seus comandos a oficiais gerais daquela FA mais familiarizada com o ambiente geográfico da operação (PINHEIRO, 2013).

A realidade acima, exposta pelas diversas ativações de FCjOpEsp nos exercícios e

operações, descortina um leque variado de FOpEsp com diferentes capacidades, o que concede mais opções de ação diante das situações impostas ao mais alto escalão empregado. Esse leque de FOpEsp necessita, no entanto, estar perfeitamente associado e apoiado, pois suas peculiaridades demandam o atendimento de requisitos específicos, antes mesmo de serem postas em ação, o que demonstra a importância da integração para o aprimoramento da participação das FCjOpEsp nas campanhas. Tais alegações vão, portanto, ao encontro da opinião de Pinheiro (2013), que as FA brasileiras não teriam como fugir da integração permanente de suas FOpEsp.

Considerando assim, a recorrência da integração das FOpEsp nas campanhas e a experiência alcançada pela aplicação das FCjOpEsp nas operações conduzidas pelo EMCFA (PINHEIRO, 2013), aduz-se que o emprego conjunto das FOpEsp encontra-se em consolidação. Destarte, a busca pela eficiência e efeitos positivos de suas ações determina encontrar, para elas, um posicionamento organizacional onde, desde tempos de paz, integrem a doutrina, o planejamento e o preparo para emprego conjunto, sendo mantidas as suas identidades.

Nesse tema, o Vice-Almirante (VA) Luiz Henrique Caroli, Subchefe de Operações do EMCFA, postula que, pela especificidade e relevância assumida pelas FOpEsp na atualidade, uma estrutura permanente para sua integração deveria ser criada naquela subchefia (informação verbal)<sup>42</sup>, o que vai ao encontro do entendimento de Pinheiro (2013). Ainda para o VA Caroli, os comandos conjuntos operacionais permanentes não fazem parte da cultura militar nacional e teriam dificuldades para serem admitidos pelas FA, uma vez que demandariam mudanças sensíveis para sua concretização e retirariam autonomia das FA em relação às suas próprias Unidades de OpEsp.

---

42 CAROLI, Luiz Henrique. *Operações Conjuntas: Lições Aprendidas e Obstáculos a Superar*, Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013. Palestra proferida para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), em 12 de julho de 2013.

### **4.3 Ilacões sobre organizações permanentes para integração de Operações Especiais nas Forças Armadas brasileiras**

A complexidade dos cenários modernos visualizados para o Brasil determina que as FA realizem esforço coordenado e que, quando empregadas, sejam flexíveis e versáteis, estando, portanto, aptas ao enfrentamento de ameaças convencionais e, sucessiva ou simultaneamente, se oponham a uma adversidade não convencional (PINHEIRO, 2012).

As FOpEsp brasileiras devem, por consequência, contribuir sistemicamente para o esforço militar conjunto em operações de amplo espectro.

Somadas as capacidades das FOpEsp das três FA, estudadas no item 4.1, observa-se uma relevante complementaridade em termos de tarefas e habilidades, faltando, então, propiciar-lhes a necessária integração para a sinergia de seus potenciais. Assim, quanto à interoperabilidade, por não existirem CmdoCjOpEsp permanentes, dificulta-se que as FOpEsp possuam, integradamente, doutrina, planejamento e preparo para emprego conjunto.

Conjuminando o acima exposto com as experiências das FA de outros Estados, analisadas no Capítulo 3, percebe-se que a integração onde as forças são efetivamente adjudicadas, embora, atualmente, considerada como de sucesso e adequada à realidade das FA onde se aplica, não contempla a simplicidade necessária para sua adaptação à cultura militar brasileira. Nesse caso, seria adequada a integração em organizações sem forças adjudicadas, a exemplo do modelo estudado no subitem 3.2.2, uma vez que permite certo grau de autonomia das FA de origem das Unidades de OpEsp e ocorre sem que sejam necessárias grandes reestruturações administrativas.

Conforme afirmação do VA Caroli, para evitar mudanças súbitas nas estruturas das FA oriundas da criação de um CmdoCjOpEsp permanente, é viável considerar a formação, no EMCFA, de um núcleo para coordenar preparo e emprego das FOpEsp brasileiras.

No entanto, devido à proeminência das FOpEsp nos cenários militares atuais, bem como, a especificidade de seus requisitos e métodos, torna-se um preceito capital a sua



subordinação, no mínimo, ao escalão de comando operacional de cada FA. Corroboram esse fato a já consolidada ativação de FCjOpEsp produzindo efeitos estratégicos para os ComTO e o visto processo gradual de integração no qual as FOpEsp se encontram e que, para Pinheiro (2013), é considerado irreversível.

Para se atingir uma plena integração, contudo, entende-se ser necessário reunir as Unidades de OpEsp imediatamente abaixo dos comandos operacionais da cada FA. Esse passo anterior à criação de qualquer estrutura integradora conjunta é, de fato, o que proporcionaria o início de um processo de integração mais amplo, contribuindo com uma preparação orientada dos efetivos, bem como, com a suplementação correta dos insumos e dos dados necessários ao emprego eficiente dos meios não convencionais das três FA, singular ou conjuntamente. A criação de tal organização proporcionaria uma melhor visão de conjunto das Unidades de OpEsp ao comando superior, ampliando sua capacidade de prover as condições necessárias ao preparo e emprego de seus elementos subordinados, sem que estes venham a perder suas identidades. Também como efeito positivo, essa organização integradora permitiria que se desenvolvesse um pensamento de OpEsp nos níveis estratégico e operacional sem, no entanto, deixar de realizar ações táticas e prestar os apoios, por ventura, requeridos.

## 5 CONCLUSÃO

As FOpEsp são um expressivo instrumento do Poder Militar de um Estado visando a consecução de objetivos políticos, estratégicos ou táticos e que, portanto, devem ser precisamente empregadas. Podendo agir como uma ferramenta militar independente ou em apoio a forças convencionais, sua ampla gama de atributos promovem aos seus planejadores liberdade de escolha de seus métodos de emprego.

Atualmente, a intensificação da presença de atores não-estatais nas crises internacionais e a transnacionalidade das ameaças elevaram a relevância dada às OpEsp. Contando, ainda, com uma aplicação criteriosa de recursos e sendo desenhadas para missões que pedem uma feição discreta, em ambiente de alto risco, para o qual forças convencionais não foram preparadas a combater, as OpEsp oferecem opções militares viáveis aos decisores.

Nesse postulado reside a diferença qualitativa entre as FOpEsp e as forças convencionais de um Estado, pois as primeiras são preparadas para emprego em situações de alta complexidade e risco, onde podem não existir apoios. Tal diferença qualitativa, no entanto, deve alicerçar-se sobre requisitos operacionais e balizar-se por limitações que, se desconsideradas, reduzem as chances de alcance dos efeitos desejados nas OpEsp.

A conjunção de requisitos, possibilidades e limitações são, desse modo, o que orienta e diferencia o emprego das FOpEsp e distancia seu planejamento e execução daqueles conduzidos para as forças convencionais. Desse conceito vem a decisão de se criar FCjOpEsp subordinadas aos ComTO, pois elas serão as estruturas que conduzirão, sistemicamente, as OpEsp nos conflitos. Além disso, contribuirão para manter o comprometimento com as peculiaridades das FOpEsp, permitindo que suas capacidades únicas sejam melhor usufruídas.

A proeminência das OpEsp é ainda acompanhada do desenvolvimento de organizações como as FCbnOpEsp, organismos multiestatais para aos quais muitos Estados têm dado prioridade, já que concretizam um esforço integrado contra ameaças comuns.

Assim, dada a ampla possibilidade de emprego integrado, tanto conjunta, quanto combinadamente, uma preparação específica das FOpEsp visando as exigências intrínsecas dessa conjuntura é essencial. Tal preparação, por ser extensa e complexa, demanda a contínua construção, desde os tempos de paz e, assim, torna necessária a existência de organizações permanentes de FOpEsp para orientar o preparo e emprego, além de melhorar sua integração.

No que concerne ao Estado brasileiro, suas FOpEsp, que necessitam contribuir sistemicamente para o esforço militar conjunto em operações de amplo espectro, encontram-se descentralizadas e subordinadas a comandos táticos, o que dificulta a desejável integração e o alcance dos requisitos de emprego.

Avaliando-se a capacidade das FOpEsp brasileiras, aduz-se que as mesmas se completam em um quadro onde a MB se destaca pela alta proficiência nos métodos diretos, potencializados pela flexibilidade quanto aos tipos de infiltração nos múltiplos ambientes operacionais. O EB, por sua vez, é um colaborador decisivo, dada a sua capacidade única para a condução das OpEsp em abordagens indiretas, sem as quais perder-se-ia a sistematização das OpEsp nas campanhas. A FAB apresenta-se como capaz, por natureza, a conduzir OpEspAe, que aprimoram, consideravelmente, a mobilidade e apoio das FOpEsp.

Assim, o somatório das habilidades desses grupos, que descortina um poderio ímpar, moderno e qualificado para o combate às ameaças que a elas se impõe, convive com uma interoperabilidade existente, apenas, quando da ativação de FCjOpEsp, o que inibe que as FOpEsp possuam, integradamente, doutrina, planejamento e preparo para o emprego conjunto e reduz o efeito sinérgico das ações, porventura, empreendidas.

Avalia-se, portanto, que, dado o efetivo potencial das FA brasileiras para conduzir OpEsp e devido ao relativo protagonismo das FOpEsp nos cenários militares atuais, sua integração em estruturas permanentes conjuntas não seria somente viável como também válida, pois contribuiria com o aprimoramento das OpEsp e, em consequência, proporcionaria

a obtenção de melhores e maiores efeitos para os escalões superiores nas operações.

Tais estruturas permanentes devem, no entanto, obedecer paradigmas culturais próprios de nossas FA, sendo, nesse sentido, melhor adaptável a formação, no EMCFA, de um núcleo permanente para coordenar preparo e emprego das FOpEsp, sem OM adjudicadas, e encarregado de assistir às FA em assuntos relativos à integração e emprego conjunto. A autonomia mantida na condução de OpEsp de cunho tático pelas FA, decorrente desse tipo de integração, é um fator considerável e desejado e, portanto, não deve ser abdicado.

Nessas condições, ao concluir-se pela viabilidade e validade da integração permanente das FOpEsp na realidade da Defesa brasileira, cabe enfatizar que, para que essa integração possa ser conduzida, antes, dever-se-ia reunir as tropas especiais das Forças Singulares em órgãos integradores permanentes, subordinados, diretamente, aos comandos operacionais de cada FA. Sendo assim, o ganho obtido com a visão integrada das peculiaridades dos ElmOpEsp melhoraria o apoio a eles prestado e permitiria desenvolver-se um pensamento de OpEsp nos níveis estratégico e operacional, sem perder capacidade tática.

Portanto, adotar essa nova visão para as OpEsp que, sem perder o foco tático, enfatize o atingimento de um efeito estratégico, requereria uma mudança de cultura e prioridades. Sem tais alterações, as FOpEsp continuarão tendo, essencialmente, um pensamento de caráter tático que alcança mais a propósitos limitados do que efeitos duradouros e decisivos nos cenários de conflito que possam se apresentar.

Esse seria, verdadeiramente, o passo que marcaria o início do processo de integração das FOpEsp brasileiras e que, na conjuntura da MB, poderia ser encarado como a criação de um Comando de Operações Especiais subordinado, diretamente, ao ComOpNav, encarregado de assessorar quanto à doutrina de OpEsp conjuntas e realizar gestões e ações que contribuam para aprimorar o preparo e o emprego das Unidades de OpEsp da MB, sem que essas percam o que têm de mais significativo: suas identidades e competências.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. **O Planejamento de Defesa no Governo Dilma Rousseff**. Rio de Janeiro: ESG. Apresentação proferida por ocasião da Aula Magna do Ministro da Defesa ao Curso Superior de Defesa da ESG, em 11 de março de 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01 Glossário das Forças Armadas**, Ed.4. Brasília. 2007. 274 p.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Aprova Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências**. 2008. Disponível em : <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas**. Brasília. 2011.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília. 2013a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 22 maio 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas**. Brasília. 2013b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes04/emcfa.png>. Acesso em: 22 maio 2013.
- BRASIL. Exército Brasileiro. **Brigada de Operações Especiais**. 2013c. Disponível em: <http://www.bdaopesp.eb.mil.br>. Acesso em: 15 maio 2013.
- BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Comando de Operações Aéreas (COMGAR)**. 2013d. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=comgar>. Acesso em: 18 maio 2013.
- CAROLI, Luiz Henrique. **Operações Conjuntas: Lições Aprendidas e Obstáculos a Superar**, Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2013. Palestra proferida para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), em 12 de julho de 2013. Informação verbal.
- CHILE. **Armada de Chile**: la Marina de todos los chilenos. 2013a. Disponível em: [http://www.armada.cl/prontus\\_armada/site/artic/20090123/pags/20090123122834.html#T6](http://www.armada.cl/prontus_armada/site/artic/20090123/pags/20090123122834.html#T6). Acesso em: 24 jul. 2013.
- CHILE. **Ejército de Chile**: fuerza terrestre sitio oficial. 2013b. Disponível em: <http://www.ejercito.cl/fuerza-terrestre.php>. Acesso em: 24 jul. 2013.
- DORSCHNER, Jim. The Era of the Operator. In: **IHS Jane's Defence Weekly**. v.50, i.13. Berkshire. Reino Unido.2013. p.26-31.
- DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos**: Operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 2008.

FRANÇA, Ministère de la Défense. **Le Commandement des Operations Speciales**. 2013a. Dados disponíveis em: [http://www.defense.gouv.fr/ema/interarmees/le-commandement-des-operations-speciales/le-cos-presentation/\(language\)/fre-FR#SearchText=COS#xtcr=2](http://www.defense.gouv.fr/ema/interarmees/le-commandement-des-operations-speciales/le-cos-presentation/(language)/fre-FR#SearchText=COS#xtcr=2). Acesso em: 15 maio 2013.

FRANÇA, Ministère de la Défense. **Livre Blanc: Défense et Sécurité–2013**, Paris: Direction de l'Information Légale et Administrative. 2013b, 160 p.

FLEICKERT, Andrew. **U.S. Special Operations Forces (SOF): Background and Issues for Congress**, Ed. Kindle. Washington: Congressional Research Service. 2013.

GRAY, Colin S. **Explorations in Strategy**. Ed. Kindle. Westport: Praeger. 1996.

GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. Oxford: Oxford University Press. 1999.

GRAY, Colin S. **War, Peace and International Relations: An Introduction to Strategic History**. New York: Routledge. 2007.

HENDERSON, Ian. **The Contemporary Law of Targeting: Military Objectives, Proportionality and Precautions in Attack under Additional Protocol I**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers. 2009.

KIRAS, James D. **Special Operations and Strategy: From World War II to the War on Terrorism**. New York: Routledge. 2006.

KONRAD, Kaiser. GRUMEC: As Forças Especiais da Marinha do Brasil. In: **Tecnologia Militar**, V.1/2013. Istanbul: Grupo Editorial Mönch. 2013. p.74-76.

LAMB, Christopher J.; TUCKER, David. **United States Special Operations Forces**, Ed. Kindle. New York: Columbia University Press. 2007.

LANDICHEFF, Philippe. Employment of Special Forces: France. In: YADAV, Vij, S.. **Employment of Special Forces: Challenges and Opportunities for the Future**, Ed. Kindle. New Delhi: Vij Books India Pvt. Ltd.. 2012. Pos. 451-539.

McRAVEN, WILLIAM H. Preparing Special Operations Forces for the Future. In: **The Journal of International Security Affairs, No. 23**. Ed. Kindle. Washington: Jewish Institute for National Security Affairs. 2012a. pos. 56-258.

McRAVEN, WILLIAM H. **USSOCOM Command's Official Annual Posture Statement To Congress in March 2012**. Washington, DC. 2012b. Disponível em: [http://www.socom.mil/Documents/2012\\_SOCOM\\_POSTURE\\_STATEMENT.pdf](http://www.socom.mil/Documents/2012_SOCOM_POSTURE_STATEMENT.pdf). Acesso em: 12 de maio de 2013.

MARQUIS, Susan L. **Unconventional Warfare: Rebuilding U.S. Special Operations Forces**. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1997.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. Apresentação. In: DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos: Operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana**. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 2008.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. **Knowing Your Partner: The Evolution of Brazilian Special Operations Forces**. Tampa: JSOW Press. 2012. 124 p.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. **As Operações Especiais e os Comandos Conjuntos de Operações Especiais no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro. 2013. Entrevista não estruturada e gravada fornecida a Henrique de Castro Pinto Homem e Adilson Cappucci Junior em 05 de julho de 2013. 170 minutos.

ROBINSON, Linda. **Masters of Chaos: The Secret History of Special Forces**. Ed. Kindle. New York: Public Affairs. 2004.

ROBINSON, Linda. **The Future of US Special Forces: Council Special Report**. Ed. Kindle. New York: Council on Foreign Relations. 2013.

TAYLOR, Steven C. **The NATO Special Operations Forces Transformations Initiative: Opportunities and Challenges**, Ed. Kindle. Monterey: Naval Postgraduate School. 2009.

US NAVY. Commander, Naval Special Warfare Command. **Naval Special Warfare: NSW Mission**. 2013. Disponível em: <http://www.public.navy.mil/nsw/Pages/Mission.aspx>. Acesso em: 27 jul. 2013

USSOCOM. **JP 3-05 Special Operations**, Ed. Kindle. Tampa. 2011.

USSOCOM. **United States Special Operations Command**. 2013a. Disponível em: <http://www.socom.mil/Pages/Mission.aspx>. Acesso em: 27 jul. 2013.

USSOCOM. **Joint Special Operations University**. 2013b. Disponível em: <https://jsou.socom.mil/Pages/Default.aspx>. Acesso em: 22 jul. 2013.

VEGO, Milan N. **Joint Operational Warfare: Theory and Practice**. Newport: U.S. Naval War College. 2009.

VISACRO, Alessandro. O Desafio da Transformação. In: **Military Review**, v.2/2011, Ed. Brasileira, Forte Leavenworth: CAC. 2011. p.46-55.

YADAV, Vij, S. **Employment of Special Forces: Challenges and Opportunities for the Future**, Ed. Kindle. New Delhi: Vij Books India Pvt. Ltd. 2012.

## APÊNDICE A

### TAREFAS E OPERAÇÕES TÍPICAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS *Special Operations Core Activities*

Forças de Operações Especiais são especialmente organizadas, treinadas e equipadas para cumprir onze tarefas e operações típicas relacionadas no item 2.4 deste estudo. Tais tarefas, representam capacidades conjuntas de uma FOpEsp, como um todo, e, de modo algum, devem ser consideradas como habilidades gerais de cada um dos ElmOpEsp. Ao contrário do exposto, cada elemento, por sua identidade e capacidade peculiar, possui competências que os relacionam a uma ou algumas tarefas típicas específicas.

É também importante mencionar que, enquanto as forças convencionais podem também, de alguma forma, conduzir tais tarefas, as FOpEsp as executam usando técnicas próprias e particulares, o que lhes garante condições e resultados únicos quando do seu emprego (USSOCOM, 2011).

Dessa forma, a seguir, são listadas e definidas as tarefas típicas constantes do manual JP-3-05 *Special Operations* do USSOCOM (2011) e da publicação *The Future of US Special Operations Forces*, de Linda Robinson (2013), tendo sido escolhidas tais fontes principais uma vez que as mesmas as abarcam de maneira detalhada. Nessa linha, serão, ainda, realizadas observações quanto a aplicabilidade de cada uma das tarefas pelas FOpEsp brasileiras, bem como, a correlação das mesmas aos métodos de emprego de OpEsp estudados no Capítulo 2.

#### **A.1 - Ações Diretas**

Ações diretas são ações de ataque, de relativa curta duração e de pequena escala conduzidas por ElmOpEsp em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, empregando pessoal especializado com a finalidade de tomar, retomar, destruir, capturar,



resgatar ou neutralizar alvos designados. As ações diretas diferem das ações convencionais pelo fato de, além do ambiente de alto risco que as envolve, possuírem técnicas especiais de realização e a precisão no uso da força, evitando danos colaterais (USSOCOM, 2011).

No Brasil, as Ações Diretas são também conhecidas como Ações de Comandos e definidas da seguinte forma pelo MD-35-G-01 Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007): ação destinada a interditar alvos de valor estratégico, operacional ou crítico, sob o ponto de vista tático, executada por FOpEsp e caracteriza-se pelo emprego de técnicas de infiltração e exfiltração, ações curtas e específicas no objetivo, com engajamento mínimo, podendo contar com apoio de fogo aéreo ou naval.

## **A.2 – Reconhecimento Especial**

Reconhecimento Especial reúne as ações de reconhecimento e vigilância conduzidas por ElmOpEsp em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis para coletar ou comprovar dados de relevância estratégica ou operacional. O reconhecimento especial pode incluir a coleta de informações sobre as atividades de um real ou potencial adversário militar ou, ainda, garantir informações meteorológicas, hidrográficas e topotáticas de determinada área. Pode, além disso, prover informações relativas à aquisição de alvos, possível emprego de áreas e avaliação de danos. Ainda para o USSOCOM (2011), o reconhecimento pode incluir informações relativas à incidência de material químico, bacteriológico e nuclear em determinada área.

Para as FA brasileiras, o MD-35-G-01 Glossário das Forças Armadas enumera o reconhecimento de maneira genérica e determina que os mesmos podem ser táticos ou estratégicos.

Lamb e Tucker (2007) relacionam o reconhecimento especial aos métodos diretos.

### **A.3 – Contraproliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM)**

Contraproliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM) se refere às ações a fim de conter o uso ou a ameaça do uso de ADM, incluídas nessas, as armas químicas, bacteriológicas e nucleares, capazes de causar destruição ou baixas generalizadas e encampa, ainda, além da destruição de ogivas, a neutralização dos meios de transporte e seus propelentes, no caso desses poderem ser separados da própria arma. A contraproliferação está ligada aos métodos diretos (USSOCOM, 2011).

### **A.4 – Contraterrorismo**

Contraterrorismo é definido como as ações tomadas, diretamente, contra as redes terroristas, incluindo seus indivíduos, recursos e estrutura de apoio e para prevenir sua reoperação e, indiretamente, para influenciar e tornar ambientes inóspitos à presença de redes terroristas (USSOCOM, 2011). Dessa forma, segundo Lamb e Tucker (2007), o contraterrorismo é relacionado, simultaneamente, aos métodos diretos e indiretos.

### **A.5 – Guerra Não Convencional**

Guerra Não Convencional são aquelas ações conduzidas para viabilizar um movimento de resistência ou uma insurgência a coagir, desestabilizar ou sobrepujar um governo ou ocupar um poder pela operação por meio ou juntamente de uma força de guerrilha em uma área negada (USSOCOM, 2011).

No Brasil, o MD-35-G-01 Glossário das Forças Armadas, relaciona o combate não convencional, da mesma forma, a guerra de guerrilha e define essa como uma forma de guerra irregular que compreende as operações de combate executadas em território sob controle do inimigo, por forças predominantemente locais, de um modo militar ou paramilitar, a fim de reduzir a eficiência do governo estabelecido ou do poder de ocupação nos campos político, econômico, psicossocial e militar (BRASIL, 2007).

## **A.6 – Defesa Interna Estrangeira**

Defesa Interna Estrangeira é considerada como a reunião de ações de apoio e de sustentação da defesa interna de um Estado amigo, de modo a protegê-lo contra subversão, ilegalidade, insurgência, terrorismo e outras ameaças a sua segurança, estabilidade e legitimidade.

FOPEsp participam dessas ações, geralmente, conduzindo operações de não guerra, ou seja, sem estarem engajadas, diretamente, em combate. As principais tarefas envolvidas são assessorar, treinar e apoiar os Estados amigos, militar e paramilitarmente, naquelas atividades que requeiram as capacidades únicas das FOPEsp mas podem, também, incluir, apoio de OpEsp às ações de combate (USSOCOM, 2011). Para Robinson (2013) tais ações são ligadas aos métodos indiretos.

## **A.7 – Assistência a Forças de Segurança**

Assistência a Forças de Segurança são aquelas que permitem, por meio do uso de FOPEsp ajudar a criar competências em um Estado amigo, de modo que este possa conduzir, em todos os níveis, a sua própria segurança. Dessa forma, essa tarefa típica se relaciona, tão somente, ao assessoramento e treinamento de estrangeiros, contudo, podendo abarcar uma ampla gama de assistências que passam, além das técnicas militares, pelas ações policiais, guarda costeira, policiamento de fronteira, dentre outras. Lamb e Tucker (2007) inserem tais atividades nos métodos indiretos.

O JP 3-05 ressalta, ainda que a Assistência a Forças de Segurança e a Defesa Interna Estrangeira se assemelhem no nível tático, onde as habilidades de aconselhamento são aplicáveis a ambos. No nível operacional e estratégico, ambas focam na preparação forças estrangeiras de segurança para combater a ilegalidade, subversão, insurgência, terrorismo e outras ameaças internas à sua segurança, no entanto, a assistência a Forças de Segurança também prepara para defesa contra ameaças externas (USSOCOM, 2011). Para Robinson

(2013) tais ações são ligadas aos métodos indiretos.

### **A.8 – Contrainsurgência**

Contrainsurgência refere-se aos esforços para derrotar a insurgência e para dissolver quaisquer ameaças principais. As habilidades de combate, a experiência, a consciência cultural e habilidades linguísticas das FOpEsp permitir-lhes realizar uma ampla gama de missões por meio de, ou combinadamente, com as forças de um país anfitrião.

A contribuição das FOpEsp, nesse caso, é fundamental e se dá em todas as abordagens. O papel dos ElmOpEsp como combatentes, na abordagem direta, e fornece os recursos para as atividades de urgência, quando for necessário um impacto imediato e para criar tempo para as futuras abordagens indiretas. As FOpEsp são adequadas, ainda, para métodos indiretos de emprego como instrutores e conselheiros. (USSOCOM, 2011).

### **A.9 – Operações de Informação**

Ocorrem pelo emprego integrado, durante as operações militares, de capacidades relacionadas com a informação em conjunto com outras linhas de atuação para influenciar, interromper, corromper ou usurpar a tomada de decisão de adversários e potenciais adversários e, ao mesmo tempo, proteger a nossa própria decisão. Quando devidamente coordenada, integrada e sincronizada, como parte da operação global, afetam a qualidade, o conteúdo e a disponibilidade de informações disponíveis para os tomadores de decisão. Influenciam também as percepções e motivações dos públicos-alvo específicos com o objetivo de convencê-los a agir de forma favorável aos objetivos estabelecidos e os estados finais desejados. São realizadas em todas as fases operacionais, em toda a gama de operações militares, e em todos os níveis.

Mais ainda, outros ElmOpEsp complementam as Operações de Informação ao prestar assistência para a realização de objetivos relacionados à guerra de informações

estratégicas e operacionais. Como exemplo, um reconhecimento especial ou uma ação direta podem identificar, observar, capturar ou destruir recursos específicos vinculados a processos de comando e controle de um adversário (USSOCOM, 2011).

#### **A.10 – Operações Psicológicas**

Operações Psicológicas são operações planejadas para transmitir informações e dados selecionados para um público-alvo afim de influenciar suas emoções, motivações, raciocínio e objetivos e, finalmente, seu comportamento e de seus governantes, organizações, grupos e indivíduos. O objetivo das Operações Psicológicas é, portanto, induzir ou reforçar atitudes e comportamentos favoráveis aos objetivos de quem as originou (USSOCOM, 2011).

No Brasil, o MD-35-G-01 Glossário das Forças Armadas trata dessa operação como de guerra psicológica, para ele, definida como o emprego de ações psicológicas destinadas a gerar emoções, atitudes ou comportamentos em grupos inimigos e hostis, com o objetivo de combalir seu ânimo, destruir o moral ou levá-los à rendição; e em grupos neutros, com a finalidade de colocá-los contra os objetivos nacionais do inimigo ou a favor dos próprios objetivos nacionais.

Lamb e Tucker (2007) relacionam às operações psicológicas como OpEsp do método indireto.

#### **A.11 – Assuntos Cíveis**

São operações conduzidas por forças que aprimoram o relacionamento entre as forças militares e autoridades civis em localidades onde as forças militares estão presentes. Isto requer a coordenação com outros órgãos do governo, organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, populações e instituições públicas e do setor privado.

FOpEsp podem realizar também operações de assuntos cíveis quando em pequenas equipes, sem o apoio de forças convencionais, por estarem isoladas, em um ambiente crítico

e, em casos, politicamente sensíveis (USSOCOM, 2011).

No Brasil, o MD-35-G-01 Glossário das Forças Armadas define assuntos civis como o conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades civis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força (BRASIL, 2007). O MD-30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas relaciona os assuntos civis às atividades de cunho logístico e dá ao Comandante Logístico do TO a responsabilidade de sua execução (BRASIL, 2011).

#### **B. Relacionamento entre as Tarefas e Operações Típicas de Operações Especiais aos Métodos de Aplicação**

<b>Métodos Diretos</b>	<b>Métodos Indiretos</b>
Ações Diretas	Guerra Não Convencional
Reconhecimento Especial	Defesa Interna Estrangeira
Contraterrorismo*	Contraterrorismo*
Contraproliferação de ADM	Assistência a Forças de Segurança
Operações de Informação	Operações Psicológicas
Contra-insurgência*	Assuntos Civis
	Contra-insurgência*

\* As OpEsp, em ações de contra-insurgência e contraterrorismo podem, segundo Lamb e Tucker (2007) e o JP 3-05 (USSOCOM, 2011) serem abordadas, tanto direta, quanto indiretamente.

## APÊNDICE B

### EXTRATO DA ENTREVISTA COM O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GENERAL DE BRIGADA (RM1) ALVARO DE SOUZA PINHEIRO

**Tema:** Comandos Conjuntos Permanentes de Operações Especiais

**Data:** 05 de junho de 2013.

**Local:** Rio de Janeiro – RJ.

**Duração:** 170 minutos.

**Entrevistadores:** CC(FN) Henrique de Castro Pinto Homem  
CC(FN) Adilson Cappucci Junior

**Entrevistado:** General de Brigada Alvaro de Souza Pinheiro.

**Perfil do Entrevistado:** O General Alvaro Pinheiro é oficial do Exército Brasileiro. Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras no ano de 1967. Na área de conhecimento das Operações Especiais é possuidor dos cursos de Comandos, Forças Especiais, Precursor Paraquedista, Mergulho Básico, dentre outros e, além disso, foi Comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais. Foi consultor da Revista *Military Review* até 1996. Atualmente, é analista de Operações Especiais, membro associado da *Joint Special Operations University (JSOU)*, componente do conselho editorial da Revista *JSOU Report* para assuntos da América Latina e de OpEsp. Possui diversos artigos e estudos publicados na área de OpEsp.

**Entrevistadores:** General, como o senhor visualiza as OpEsp no Brasil, na atualidade?

**General Alvaro Pinheiro:** Bom, isso que vocês estão pesquisando, além de vocês terem a vivência pessoal, que é o principal, entender a filosofia das Operações Especiais, que é o que é mais desconhecido por aí. Ainda tem gente que pensa que Operações Especiais é ataque em localidade, Operação na Selva. Há militar que não entendeu que as Operações Especiais hoje fazem parte da manobra, estratégica. [...] só porque as frações são pequenas, interpreta-se que aquilo ali é uma coisa que não tem muita importância. E no século XXI, as Operações Especiais vão liderar a manobra em qualquer lugar. Isso já está começando a acontecer por aí. Você vai ao Mali hoje, os franceses estão lá, quem está mandando no geral é um FE. Os combatentes lá são de OpEsp. Essas coisas estão mudando. Aquele apoio que as OpEsp davam para a manobra convencional, aquilo está se revertendo. Porque o inimigo passou a ser a força irregular, não existe mais aquele ator estatal protagonista que era o inimigo. O inimigo agora é o irregular. Por isso que eu digo que vocês estão conduzindo muito bem isso daí. Mas vocês têm que concluir de maneira a chamar a atenção, porque esse assunto é muito sério! Ele

tem que deixar de ser meramente uma exigência curricular e passar a ser estudado em nossos Estados Maiores gerais, no nível mais elevado.

**Entrevistadores:** General, o Senhor já até chegou a comentar sobre isso. O Senhor falou sobre o conceito de Operações Especiais Estratégicas. O Senhor pode nos dar uma visão melhor de porque o senhor assume esse posicionamento sobre OpEsp estratégicas?

**General Alvaro Pinheiro:** Elas sempre foram, isso não é uma novidade. Elas agora ganharam uma relevância, mas as Operações Especiais, desde que as Forças de Operações Especiais foram criadas, elas sempre foram estratégicas, mesmo quando só faziam ações diretas. Segunda Guerra Mundial, aquelas unidades de combate na retaguarda do inimigo, [...] tudo aquilo sempre foi estratégico. Mas hoje tem um outro aspecto que aumenta a relevância da parte estratégica, que é a ameaça. A ameaça não é mais regular. A ameaça hoje é o ator não estatal. E é um ator que utiliza como seu instrumento a guerra irregular. E existe um fator que é um fator que não havia até agora. Que são as considerações civis como fator da decisão. Terreno humano. É muito difícil você encontrar uma Força Regular, em qualquer lugar no mundo, que esteja preparada para combater num ambiente em que o terreno humano é muito mais importante que o terreno topotático. E só quem sabe fazer esse tipo de ação militar, bélica, são as Operações Especiais. Por isso que a relevância estratégica hoje é muito maior do que era no passado, na época, entendam passado como a Guerra Fria. Antigamente você fazia a guerra, e era eminentemente a teoria de atrito de Clausewitz. [...] O terreno humano prepondera sobre o terreno topotático. Você tem é que procurar proteger a população. Tem que manter aquela população, seja no seu território ou fora dele, do seu lado, e você tem que neutralizar, porque as ameaças, inclusive hoje são transnacionais. Inclusive, isso não é coisa só do americano, porque ele é poderoso. O Brasil não pode pensar em projetar poder como os americanos. Mas o Brasil tem que entender que a ameaça deixou de ser uma ameaça localizada e passou a ser uma ameaça transnacional. A Transnacionalidade aumenta a relevância estratégica de quem é capaz de neutralizar essa ameaça: as Forças de Operações Especiais. [...] Um General de Quatro Estrelas, um Almirante, ele tem que estar em condições de tomar decisões como o Obama teve que tomar nos EUA, quando mandou matar o Bin Laden. Isso chama Coordenador de Ação Contra Terror (CACT). E o cara tem que compreender. Isso aqui é a missão. [...] Quem é o responsável? É o capitão! Chega em um determinado momento que aquilo sobe de escalão e começa a aparecer repercussões internacionais externas. Ai, aquilo deixa de passar pela mão do capitão rapidamente e sobe muito rápido, porque isso é crise, e quem vai acabar tomando uma decisão, neste momento, é o Gabinete de Gerenciamento de Crise do mais alto nível. E esse é o mundo atual. Então, isso tudo que eu estou te dizendo é pra você ver como é a relevância das OpEsp, hoje, ela além de continuar sendo estratégica, ela incrementou-se profundamente. Eu pergunto para vocês: Qual é a grande ameaça a segurança e a paz internacionais no século XXI. Qual é? É o terrorismo. Porque o terrorismo hoje se tornou um fim em si mesmo. As forças irregulares têm os braços ostensivos, que são as Forças de Guerrilha, e tem os dois braços clandestinos, que são os braços de sustentação e os braços subterrâneos. Isso era na época que a força irregular era marxista. Ela queria derrubar o poder. Era um movimento revolucionário. Só que hoje em dia, ele não precisa mais ter a Força de Guerrilha. Ele utiliza o terror como seu instrumento de projeção de poder. E eles estão cada vez mais preparados, científica e tecnologicamente. [...] Se a gente não pensar estrategicamente, nós não vamos a lugar nenhum, porque esse tipo de



solução, para esse tipo de crise, que rapidamente pode se transformar num conflito, só tem solução se houver uma solução estratégica. Não pode ser tática. Isso demanda uma capacidade multidisciplinar, interações. Isso não é um problema militar. Você tem que ter tudo voltado para todos os cantos do poder nacional. Você não pode ignorar nenhum: político, econômico, psicossocial, militar e científico e tecnológico. Porque a ameaça não é uma ameaça de caráter militar. Ela não se apresenta. Ela desaparece no seio da sociedade civil. Então, é um combate completamente diferenciado. E o pior, cada vez mais sangrento! E o pior, com sangue de inocentes civis. Ai é que eu digo que esse assunto que vocês estão escrevendo: Comando Conjuntos de Operações Permanentes, a grande conclusão que vocês têm que chegar é que em face de todas essas adversidades e complexidades, a solução militar para esses problemas são os Comandos Conjuntos. [...] Mas voltando para o que eu estava falando, você tem que ressaltar o aspecto estratégico. E o Comando Conjunto ele é uma forma de você dar essa relevância estratégica. Senão você fica com um mosaico de peças. Você tem que aglutinar isso para poder criar uma unidade de comando. Por isso que nós não podemos deixar de ter, dentro do prazo mais curto possível, um Comando Conjunto de OpEsp. É inevitável! Nós temos que começar a pensar na logística, no combate, começar a pensar no apoio ao combate, no apoio logístico. Tem que pensar no reequipamento disto. E o primeiro passo é criar uma Força Tarefa de Conjunta de Operações Especiais. Nós precisamos, a partir de já, a trabalhar dentro da Estrutura de Força Tarefa. [...] Operação Atlântico, Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais voltada para um Teatro de Operações Marítimas. Quem vai comandar é um Fuzileiro Naval ou Mergulhador de Combate. Mas a Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais tem que começar a fazer parte da nossa rotina diária, desde que o cara é tenente. Os nossos tenentes têm que começar a trabalhar dentro de temas de Forças Tarefas e de exercícios, sobretudo. Tem que fazer exercícios de Força Tarefa Conjunta. [...]

**Entrevistadores:** General, o Senhor está se referindo a essa Forças Tarefa Conjunta de Operações Especiais que já é feita hoje em dia? Desde 2002 elas vêm acompanhando as manobras do Ministério da Defesa. O Senhor está falando dessas?

**General Alvaro Pinheiro:** Sim, só que essas que você está falando não tem nenhuma fundamentação. As pessoas, inclusive, vão lá e não trabalham de forma conjunta. Trabalham de forma isolada. [...] Hoje, as Operações Especiais, neste momento, mais do que em qualquer outro, tinham que estar organizadas em uma Força Tarefa Conjunta. [referindo-se aos grandes eventos no Brasil de 2013 a 2016] [...] O problema aqui são as ameaças irregulares, porque é o que nós estamos vivendo. Nós não estamos vivendo em guerra. Nós não estamos em uma Operação em que haja um inimigo vermelho, nem uma força irregular vermelha, nem nada. Nós estamos vivendo uma situação em que o terrorismo transnacional poderá atuar. E ele é uma das ameaças, porque tem o crime Organizado hoje, que usa TTP, Táticas, Técnicas e Procedimentos. Qual dessas operações você deve atribuir a uma Força tarefa Conjunta de Operações Especiais na segurança de um grande evento internacional?

**Entrevistadores:** Contraterrorismo.

**General Alvaro Pinheiro:** Contraterrorismo de cara. Não tenha a menor dúvida! Ai você chega no GRUMEC, e vai organizar as equipes do GRUMEC, porque você não separa, em lugar nenhum do mundo você vai ouvir falar que tinha agente *Delta* com o operador do seu *Team Six*, não se faz isso! O comando é centralizado, mas a execução é descentralizada, cada

um dentro do seu espaço. Ai você encontra um problema gravíssimo, o Grupo Especial de Retomada e Resgate do GRUMEC e o Grupo Especial de Retomada e Resgate do Tonelero tem um pecado original. Qual é esse pecado?

**Entrevistadores:** O problema é eles trabalharem separados?

**General Alvaro Pinheiro:** Não. Eles vão trabalhar separados. Eles vão estar dentro da Força Tarefa e eu não vejo a necessidade de mesclar.

**Entrevistadores:** Não, mas eu digo porque existem atividade que você pode empregar os dois no mesmo cenário. Não que seja separado.

**General Alvaro Pinheiro:** Não, não, isso daí é válida. O ambiente operacional da Força Tarefa vai ser não linear ou assimétrico. Você tem que demarcar. Você marca o ambiente não linear ao assimétrico, diferentemente da guerra convencional, que você coloca as áreas de interesse e as áreas de influência. [...] É uma coisa difusa. [...] Bem, o problema é que vocês, os GERR da Marinha, tanto da Esquadra como dos Fuzileiros, é eminentemente reativo. Olha o nome: Grupo Especial de Retomada e Resgate. Vocês demandam de que haja uma tomada para vocês retomarem. Isso não existe mais. Você tem que ser proativo. Você tem que se antecipar. Você não pode permitir que a célula terrorista cumpra e atinja o objetivo que ela quer atingir.

**Entrevistadores:** É porque esse perfil de sequestro de reféns está sumindo.

**General Alvaro Pinheiro:** Não existe mais! Tudo isso justifica a Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais. [...]

**Entrevistadores:** General, nessa publicação que o Senhor fez *Knowing your Partner* o Senhor falou que os Estados nacionais optaram por unificar comando e controle, preparo e emprego através dos Comandos Permanentes. O Senhor acredita, então, que essa decisão ela teve um sucesso e que aspectos positivos e negativos o Senhor apresenta?

**General Alvaro Pinheiro:** Não tem nenhum aspecto negativo! Os positivos são todos aqueles que nós estamos tratando. Tudo isso é um brinquedo caro. O primeiro aspecto são as finanças. No momento em que você cria o Comando Conjunto, você deixa de gastar dinheiro inutilmente em armamento, em equipamento, em material de comunicações, em material de inteligência, em material de engenharia. É isso aí, pelo mundo a fora, está já acontecendo. Existem coisas específicas de vocês que só vocês vão usar. Existem coisas específicas minhas que só eu vou usar, mas, por exemplo, quando nós tivermos que fazer infiltração aérea, salto livre operacional, nós temos que usar o mesmo paraquedas. Seja pra fazer o que for! E é muito caro! Então isso é um fator fundamental! Eu economizo recursos financeiros e a aplicação dos que eu tiver ela tem um valor muito maior do que se você saltar com um tipo de paraquedas que só está com o outro. Não pode ser assim! Existirão momentos que você vai ter um armamento seu, para o seu ambiente, e eu vou ter o meu, por causa disso e daquilo. Agora, na técnica de entrada, não tem razão de nós estarmos com um armamento diferenciado. Munição diferenciada. As granadas de som e luz elas não precisam ser diferentes! Tem determinados itens do equipamento que tem que ser os mesmos para todo mundo. Só isso já justifica, por causa do custo. Agora, tem outras coisas. E a coisa mais importante é a área afetiva. Quem tem experiência de combate sabe. Isso tudo os que nós estamos falando é risco!

O adestramento é arriscado. E esse risco provoca coesão, provoca confiança. É isso que ganha. Na tropa, de uma maneira comum, os caras chamam de Espírito de Corpo. Na elite, muito mais que Espírito de Corpo! Tropa de Elite como a nossa é outra coisa. É confiança. É saber que essa organização aqui funciona, e eu sou uma parte importante para ela funcionar. Então é fundamental que a gente trabalhe junto. [...] Então, porque a Força Tarefa? Porque ela precisa existir e ser aplicada pra tudo isso. Porque ai é que as coisas aparecem.

**Entrevistadores:** E porque é que no Brasil não é permanente General? Porque é que a gente optou por uma Força Tarefa, ao invés de criar um Comando Conjunto?

**General Alvaro Pinheiro:** É porque o Comando Conjunto ele é muito mais complexo. O Comando Conjunto vai exigir orçamento nacional da Federação. Como é que você vai pegar um orçamento das Forças Armadas e criar um Comando Conjunto? Isso demanda muito dinheiro. E eu digo para você que nós não temos condições hoje de se fazer isso. Se criar um Comando Conjunto agora é jogar dinheiro no lixo. Nós não estamos preparados para isso. [...] Isso tem que começar de baixo. O “Capitão-de-Mar-e-Guerra Pinto Homem”, aí você vai a Almirante, aí, você vivenciou a Força Tarefa Conjunta. [...] Por isso você tem que crescer essa estrutura de acordo com a necessidade. E ela tem que ir crescendo até que as instituições cheguem à conclusão que o Comando Conjunto se faz necessário. É isso. Pelo que eu vejo em países mais desenvolvidos, que eles criaram a arma de Operações Especiais. Isso é inevitável! [...]. O caminho não é fácil. Mas o caminho é o conjunto. Agora, por exemplo, a Brigada trocou de nome. A troca do nome, embora pareça uma coisa simples, ela tem um significado. Agora o General não é mais Comandante de Brigada. O General é Comandante de Comando. De uma certa maneira é meio misterioso, e foi feito de propósito, para o restante não pensar que é a mesma coisa. [...] Mas é isso, a nossa área é uma área extremamente sensível. Porque tem cara que pensa assim: Como é que vai criar um Comando Conjunto e dar poder a um Oficial General? Porque esse Comando Conjunto vai ter que ser liderado mediante rodízio. Isso é lógico. Não há porque uma Força assumir aquilo instintivamente. E ai, aquele Oficial General, deste Comando Conjunto, ele é um homem poderoso politicamente. Ele vai ganhar um orçamento para funcionar. Porque tem que funcionar! [...]

**Entrevistadores:** O Senhor seria favorável a implementação do Comando Conjunto? E como o Senhor enquadraria a Força Aérea nesta parte?

**General Alvaro Pinheiro:** Ela vai fazer parte! Inclusive, eu não vejo a necessidade que a Força Aérea tenha que ter unidade, como o americano que tem dinheiro. O que você tem que ter são Esquadrões. É igual a Aviação do Exército. Nós temos que ter alguma, ou uma unidade que seja, para começar. Operações Aéreas Especiais. [...] Nas OpEsp principalmente. E os caras vibram de trabalhar com a gente! Porque a gente sabe empregar. Valorizar o que eles fazem.

**Entrevistadores:** General, só uma dúvida, na criada da Brigada de Operações Especiais do Exército, os senhores pensaram em trazer a Aviação do Exército para a Brigada?

**General Alvaro Pinheiro:** Não! Porque a nossa Brigada de Aviação do Exército tem 90 helicópteros. A Brigada nasceu com o objetivo de apoiar a 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel, em Caçapava. [...]

**Entrevistadores:** Conversando com os pilotos que estavam fazendo curso com a gente da

Marinha, existe um pensamento deste no nosso esquadrão também de Super Puma, que é justamente um núcleo de pilotos voltados para as Operações Especiais. Inclusive, e eles receberiam uma qualificação, ou seja, estariam aptos para apoiar.

**General Alvaro Pinheiro:** Tem que ter padrões de performance. Você tem que estabelecer o que você quer do piloto. Quais são as tarefas básicas que um piloto de Operações Especiais de asa rotativa tem que estar em condições de fazer. Mas isso já existe! [...]

**Entrevistadores:** General, eu analisei sumariamente 4 ou 5 países, o americano, o conceito Francês, que, pelo que eu entendo, ele fez um Núcleo de Comando, e é aquilo que o Senhor falou. Eles tem essa unidade pré-selecionada e ele vai ali, eu vou pro Mali agora e eu preciso que você avance comigo. Mas não estava na orgânica do comando. O caso do Chile, que não fez isso. Eles têm criam estruturas temporárias embaixo, nas Forças de Comando Permanente. O Exército, no Brasil, está acompanhando esta tendência. O Senhor acha que algumas destas opções são viáveis para a gente?

**General Alvaro Pinheiro:** Veja bem. Tudo é válido, desde que você não queira copiar. Você não pode querer copiar porque os ambientes operacionais são diferentes. [...] Mas eu acredito de quando elas precisam trabalhar juntas, já ta pronto. Não há nenhum problema em você colocar os Comandos Anfíbios com reconhecimento anfíbio, embora eu estranhe coisas. Eu não posso admitir que o Batalhão Tonelero, a Companhia de Comandos Anfíbios seja proibida de operar descaracterizado. Você perde uma mão de obra excepcional. [...] A Escola de Guerra Naval está interessada neste tipo de assunto. Agora, o problema é saber, politicamente, se o Almirantado vai se sensibilizar com esse problema. Por isso, que num trabalho deste, além do aspecto doutrinário, ele tem um aspecto político real. E você hoje não pode nem deixar de ver o cenário internacional, que é esse que está aí. Primavera Árabe. A quantidade de conflitos irregulares que o mundo tem hoje. [...]

**Entrevistadores:** Em relação a criação do Comando Americano, eu vejo que o primeiro aspecto é que dentro das Forças Armadas existia uma resistência muito grande, e que eles pegaram um caminho indireto. Eles tentaram convencer não só o pessoal de Operações Especiais, mas justamente de quem não era de OpEsp, sobre a importância deles. E aí, veio de cima pra baixa a determinação de criação de comando. Aí, dentro um pouco do que o senhor estava falando aqui, no Brasil, nossa classe política não entende sobre o assunto.

**General Alvaro Pinheiro:** Você não deve ficar abatido por causa disso. É cultural. Isso é da nossa cultura e é da cultura deles. O cara é Senador e foi a Guerra do Vietnã. Ele foi da Marinha, do Exército, foi Coronel, foi Capitão. Aqui é completamente diferente!

**Entrevistadores:** General, olhando para a origem do comando Norte americano, especialmente nas diversas falhas que eles encontraram quando examinaram a Operação *Eagle Claw*. O Senhor vê semelhanças na Organização de como eles estavam organizados em torno de Operação Especial naquela época, e de como nós estamos hoje?

**General Alvaro Pinheiro:** Não devemos fazer essa comparação. Primeiro porque é completamente diferente e esse é um risco que você corre quando você compara. Você pode dizer que é parecido conosco, que ainda não tinha Forças Especiais no Exército, e não é. É diferente! É outra sociedade, é outra cultura. [...] e são outros problemas. Esse é que é o ponto. Eles foram crescendo e se estruturando para resolver os seus problemas, que são

diferentes dos nossos. Você tem que analisar de uma outra forma. Naquele momento eles estavam com a estrutura que precisavam estar? E eles não estavam. E pagaram o preço por isso. E qual é a lição que eu tiro disso? Ai tem que tomar cuidado, porque muito dificilmente os nossos cenários serão equivalentes. Esse é um problema sério. A gente tem que entender que cada Força Armada tem as suas necessidades. O século XXI está mostrando que as Forças Armadas são indispensáveis! Não existe Estado Nacional sem Forças Armadas. E elas não têm que ser numerosas, elas têm que ser capacitadas operacionalmente. Nós não projetamos poder. O americano projeta poder, faz parte da política externa apoiar as relações diplomáticas com a força da arma. E nós não, pelo menos até agora, porque isso é uma coisa que muda. [...] Porque você comparar as Forças de Operações Especiais em qualquer época é um equívoco estratégico grave. Então, só mude o enfoque, entendeu? Pergunte o que eu aproveito? O que o mundo assistiu é a consequência do que houve. Ai, com o que houve, a gente se enquadra no que houve. Naquele momento, qual é a nossa situação e entra com a nossa evolução.

**Entrevistadores:** General, na história americana, o Senhor acha que o problema deles foi resolvido com a criação do Comando Conjunto?

**General Alvaro Pinheiro:** Eu acho que sim. A criação do Comando Conjunto foi muito complicada. Hoje você vê os resultados e parece que foi fácil. Mas foi difícilíssimo! Homens como o Coronel, que foi como Capitão, fazer o curso do SAS, para criar a Delta Force, por exemplo, ele não saiu general. Ele encontrou obstáculos imensos pelo caminho. Então, tudo foi muito difícil. [...] Mas na conclusão de tudo isso, você vê se não fosse Comando Conjunto, seria muito pior. Agora, existe um argumento contra isso. Isto é válido para o americano ou é válido para nós também? Se eu quiser me valer desta experiência americana para fazer a minha, eu perco a razão. Porque tudo o que nós estamos conversando sobre o americano, é completamente fora da nossa realidade. [...] Esse é que é o problema. Porque essas Tropas elas tem similitudes. Elas podem ter culturas, históricos diferentes. [...] Esse é que é o ponto. Em minha opinião, a maior razão para que eu tenha o Comando Conjunto é porque o presente está exigindo Operações Especiais Combinadas. E eu não posso fazer operação combinada com Forças de Operações Especiais de outros países sem eu ter o domínio, do estado da arte, de Operação Conjunta. [...] Tem 49 países estão trabalhando no Afeganistão e 43 estão com Forças de Operações Especiais lá. O comando lá é um Comando Combinado Conjunto. E ai, cada dia que passa isso vai se tornando uma necessidade maior. [...] Isso é uma realidade! Os caros têm interesse, porque o mundo está caminhando para operar de forma combinada, não é mais conjunta. [...] Tudo isso que nós estamos falando o foco é: Comando Conjunto Combinado. A Força Tarefa Conjunta Combinada é a do Século XXI. Nós estamos tão atrasados que não temos nem a Força Tarefa Conjunta. Quem dirá a Combinada! Coisa que na África, Portugal está fazendo com todo mundo já. Particularmente com as ex-colônias. [...] E ai, esse tipo de conflito só será resolvido com Forças de Operações Especiais capacitadas. É trabalho de Comando, é *Leadership*. O que faz essas Forças de Operações Especiais, por que o resto, você faz em 15 dias. Isso é a coisa mais simples do mundo. É só preparar. Agora, comando, análise da missão, intenção do comandante, matriz de sincronização, isso é Conjunto e depois entrar no Combinado. Isso não é assim. Isso tem que prática. Têm que treinar. Os Estados-Maiores tem que falar a mesma linguagem. Se Portugal, Espanha, e eles também são latinos, estão fazendo porque nós não podemos fazer?